

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
ARQUITETURA E URBANISMO

ROZANE EVANGELISTA RAMALHO

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER:
Implantação de um Parque Urbano – Camaragibe, PE

RECIFE

2017

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
ARQUITETURA E URBANISMO

ROZANE EVANGELISTA RAMALHO

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER:

Implantação de um Parque Urbano – Camaragibe, PE

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Henrique Cabral Valadares.

RECIFE

2017

Ficha catalográfica
Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

R165e Ramalho, Rozane Evangelista.
Equipamentos públicos de lazer: implantação de um Parque Urbano – Camaragibe, PE / Rozane Evangelista Ramalho. - Recife, 2017.
71 f. : il. color.

Orientador: Prof. Ms. Pedro Henrique Cabral Valadares
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Urbanismo. 3. Parque urbano. 4. Lazer. I. Valadares, Pedro Henrique Cabral. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título

CDU 72

AGRADECIMENTOS

À Deus, que me proporcionou o fôlego de vida e a realização de mais um sonho, que me sustentou e me fortaleceu neste final de jornada particularmente tão difícil e pela graça de compartilhar um pouco de sua essência criativa. À Ele toda honra e toda glória!

Ao meu orientador, Dr. Pedro Valadares que nesse momento significou um dos maiores incentivos para a finalização desta pesquisa. Obrigada pela compreensão, insistência e cuidado!

À professora membra da banca examinadora Ana Carolina Puttini (convidada interna) pela sua contribuição no desenvolvimento desta pesquisa e à professora membra da banca examinadora Iana Ludermir (convidada externa) pela disponibilidade em aceitar nosso convite.

Aos meus familiares pelo suporte, sobretudo minha mãe Rozineide e minha avó Maria José pelas palavras e atitudes de incentivo, coragem e fé.

Aos colegas de turma que, mesmo em momentos complicados, foram aqueles que mostraram que sozinhos não vamos muito longe.

Aos arquitetos e amigos, futuros colegas de profissão, Rodrigo Tavares e Héllen Rodrigues pela contribuição e compreensão ao longo desse período.

Aos amigos de sempre e para sempre: Alvinho, Artur, João, Kaka e Nanda. Vocês foram minha base e me proporcionaram os primeiros sonhos.

“Precisamos dar um sentido humano às nossas construções. E, quando o amor ao dinheiro, ao sucesso nos estiver deixando cegos, saibamos fazer pausas para olhar os lírios do campo e as aves do céu.”

- Érico Veríssimo

RESUMO

Esta pesquisa tem por finalidade verificar se a quantidade e distribuição espacial dos atuais parques públicos no município de Camaragibe são eficientes no cumprimento de seus objetivos, quanto à sua função como equipamento de lazer, e entender como se dá a implantação de um novo parque urbano. Camaragibe vem passando por um relativo processo de adensamento decorrente, primeira e lentamente, da disponibilidade de “áreas pouco adensadas com inexpressiva oferta de infraestrutura e de empregos, mas que atraem a população de baixa renda devido ao solo mais acessível” (RAMALHO, DE MELLO, CAVALCANTI, 2015, p.509) e mais recentemente devido a Copa do Mundo em 2014, quando Camaragibe foi diretamente influenciada pelo evento global. Em Camaragibe, os parques significam uma alternativa para os menos abastados, já que 38% dos seus munícipes possuem renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo, os quais não têm condições de sair do município para procurar lazer alternativo. Para a construção do suporte justificativo, foram realizadas pesquisas bibliográficas no que tange aos autores, conceitos e parâmetros desenvolvidos e registrados na literatura nacional e internacional; avaliação do arcabouço legal que trata dos direitos e deveres dos diversos atores envolvidos na questão dos parques urbanos como equipamentos de lazer; e aplicação de questionários, por meio de amostragem aleatória para a população local, buscando conhecer a importância desse equipamento segundo suas perspectivas e necessidades. Uma vez comprovado o déficit de espaços públicos de lazer em Camaragibe, foi realizado o levantamento de espaços vazios potenciais para a implantação do futuro equipamento urbano assim como foram analisados diretrizes e procedimentos metodológicos projetuais para implantação e concepção do parque urbano proposto.

Palavras-chave: Urbanismo, Parque Urbano, Lazer.

ABSTRACT

This resource aims to verify if the number and distribution of public parks in the city of Camaragibe, Brazil are able to achieve their goals as leisure equipments. It also intends to suggest the installation of a new public park. Camaragibe faces a densification process, first, due to the presence of "less dense areas, destitute of infrastructure supply and job offers, but attractive to low-income people, thanks to its cheaper ground".(RAMALHO, DE MELLO, CAVALCANTI, 2015, p.509). In second place, FIFA World Cup also affected directly the city of Camaragibe. In Camaragibe, public parks mean an option to poor people, as 38% of the habitants have family income under half "minimum wage" and aren't able to find alternative leisure out of the city. To build the supporting evidence, bibliográficas bibliographic resources were carried out, concerning to authors, concepts and parameters developed and registered in Brazilian and foreign literature; analysis of legislation on duties and rights of actors involved on this point; questionnaires answered randomly by local population, due to find the importance of this equipment according to their perspectives and necessities. Once proved the deficit of public leisure spaces in Camaragibe, empty spaces able to become urban equipments in the future were identified. At last, guidelines and procedures were analysed, facing the implantation and conception of the suggested public park.

Key-word: Urbanism, Urban Park, Recreation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	10
2. ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS URBANOS NO BRASIL.....	14
2.1. Definições e Características	14
2.2. Tipologias.....	17
3. OS PARQUES URBANOS	21
3.1. Gênese e desenvolvimento	21
3.2. Conceitos e caracterização.....	23
3.3. Funções e importância.....	25
3.4. Evolução das linhas projetuais	26
3.5. Classificação e Tipologia	30
4. PARQUE PÚBLICO EM CAMARAGIBE E SEUS CONDICIONANTES	33
4.1. Aspectos Legais	38
4.2. Parâmetros Urbanísticos	44
4.3. Demandas da população	47
5. PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UM PARQUE PÚBLICO EM CAMARAGIBE	53
5.1. RPAs II, IV e V de Camaragibe como espaços potenciais.....	53
5.2. Diretrizes e procedimentos metodológicos projetuais	57
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
8. APÊNDICE	69

INTRODUÇÃO

Hoje, os espaços públicos são um dos poucos lugares onde a interação entre o espaço e a vida coletiva determinam a qualidade de vida de uma cidade pois são esses espaços, disposto democraticamente na malha urbana responsáveis por proporcionar lazer, descanso, livre circulação, ponto de encontro, conversa corriqueira independente de raça, credo ou classe social. Apesar da mudança de status ao longo da História, da desatenção por parte das diversas entidades institucionais, da insegurança que domina os espaços comuns e aprisiona os usuários, são os espaços públicos um dos poucos lugares onde a vida coletiva acontece em sua plenitude.

Por muitas décadas a abordagem do desenvolvimento urbano e suas políticas públicas permaneceram restritas basicamente à construção de unidades habitacionais, escolas, unidades de saúde. Além disso, é sabido que, em virtude das limitadas diretrizes orçamentárias dos municípios, a implantação e a gestão de áreas de lazer nem sempre são tidas como prioridade. Entretanto, segundo Mongin (2013), as cidades brasileiras não podem ser reduzidas apenas a um conjunto de edificações residenciais, comerciais e industriais. Os espaços livres como ruas, praças e parques precisam ser considerados mesmo quando o processo de urbanização resiste em fazer o contrário, fechando-se ainda mais para a vida pública.

A necessidade de se pensar na integração entre as questões urbanas e sociais motivou esta pesquisa de modo a identificar procedimentos, meios e estratégias para implantação de um parque urbano visando atenuar as consequências de um dos problemas mais comuns às sociedades urbanas contemporâneas: o ritmo acelerado.

Segundo Macedo & Sakata (2003), o parque urbano representa o elemento típico dos grandes aglomerados urbanos além do que ele afirma que o equipamento prepondera dentre os tantos outros espaços públicos livres graças ao leque variado de elementos relacionados não só ao lazer como também ao meio ambiente urbano. Diante do atual contexto, ambas são condições essenciais para as cidades que se tornaram cada vez menos atrativas em termos de qualidade ambiental e de vida da população.

Camaragibe representa um dos 14 municípios que compreendem Região Metropolitana do Recife (RMR), institucionalizada pela Lei Federal no 14 de 1973. Na década de 1990, Camaragibe passou por um processo de aumento populacional devido ao crescimento de assentamentos populares e também por causa dos novos empreendimentos imobiliários nas áreas privilegiadas de Aldeia. Foi nesse período que surgiu uma tendência que se consolidou na primeira década do século XXI e persiste até os dias atuais: o deslocamento das maiores taxas de crescimento para municípios situados mais distantes do pólo (Recife). A elevação do preço do solo e a procura por melhorias da qualidade de vida geraram um arrefecimento generalizado das taxas de crescimento. Nas últimas décadas, a participação relativa da população do Recife na Região Metropolitana é decrescente. A população sofreu uma redução de 44% (1991) para 42,6% (2000) e para 41,64% (2010). Em contrapartida, a população do seu entorno cresceu 237.412 habitantes (IBGE, 2010).

Diante desse contexto e a partir da observação empírica, surgiu a necessidade de compreender quais as novas demandas populacionais referentes aos equipamentos de lazer, como se dá a implantação de um parque urbano, quais métodos/instrumentos devem ser seguidos/adotados e se o município de Camaragibe de fato apresenta-se como espaço potencial para tal e por quê.

Estudar os parques urbanos implica, antes de tudo, considerar suas definições visto que dentro do urbanismo os parques urbanos possuem muitas variações e imprecisões no que diz respeito à sua classificação. Para tal, foi utilizado como suporte metodológico, primeiramente, a pesquisa histórica bibliográfica baseando-se em informações oriundas de outras fontes diversas coletadas em livros, jornais e revistas de grande circulação e rede eletrônica. Em seguida, o trabalho utilizou-se do levantamento das legislações e de informações de caráter exploratório junto à comunidade. A derradeira etapa compreende a última e uma das mais importantes etapas desse processo. Ela foi realizada através da aplicação de questionários aos munícipes durante o mês de maio de 2017, totalizando 34 entrevistados. O questionário, formado por 14 questões do tipo fechadas, foi disponibilizado através do meio digital. Inicialmente as perguntas buscavam traçar o perfil do munícipe (idade, sexo, escolaridade...) e

as questões seguintes estruturaram-se de forma a realizar uma análise qualitativa da relação e percepções do usuário com relação aos parques. Esses procedimentos serviram de base para a compreensão da aplicação legislações existentes, das reais demandas da população local, do processo de escolha de espaços potenciais para implementação de um parque urbano.

A pesquisa estrutura-se em seis capítulos, apresentando-se no primeiro a evolução conceitual histórica de Espaços Públicos Livres (EPL's) ao longo da História segundo as necessidades, os valores, as crenças de cada sociedade, desde as civilizações antigas (Grécia e Roma) até o presente século. O segundo capítulo trata de apresentar as definições, características e tipologias dos principais espaços livres públicos mais disseminados no Brasil. Nesse capítulo, muitos autores ressaltaram inclusive a dificuldade de se definir o conceito de Espaço Público Livre e seus similares. O terceiro capítulo se detém a estudar especialmente o parque urbano e suas especificidades visto que desde o início da pesquisa ele foi o equipamento público de lazer proposto ao município. O quarto capítulo tem-se uma breve apresentação acerca do município de Camaragibe, considerando-se os aspectos histórico, geográfico e social através de um breve diagnóstico. A partir disso, foram apresentados os resultados das pesquisas relativas aos aspectos legais de âmbito municipal, estadual e nacional, parâmetros urbanísticos definidos pelos teóricos e demanda populacional do município. O quinto capítulo, refere-se à proposta do parque urbano nos locais potenciais devidamente identificados e justificados segundo capítulo anterior. Em seguida, a partir da definição do terreno para a implantação do parque público, foram analisados diretrizes e métodos projetuais abstraídos do programa Soluções para Cidades desenvolvido pela ABCP – Associação Brasileira de Cimento Portland. E por último, o sexto capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa e algumas recomendações finais com o objetivo de minimizar a deterioração da qualidade de vida tão importante à promoção da saúde e bem-estar da população.

1. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Inicialmente, o surgimento dos parques urbanos teve uma relação direta com os jardins particulares e a evolução destes gerou tipologias de cunho público. Os conceitos desenvolvidos ao longo do tempo pela perspectiva histórica, funcional e intencional, desses espaços, condizem com as necessidades, os valores, as crenças e as técnicas de cada sociedade (TOLEDO e SANTOS, 2012).

De modo geral, as cidades gregas e romanas, tinham seus palácios rodeados por jardins ornamentais de inspiração persa ou egípcia. Configuravam-se em áreas particulares e restritas fortemente marcada pela presença da água, com a função de minimizar a alta temperatura típica daquele local. No entanto, foi na Grécia que pela primeira vez os espaços livres se tornaram públicos e acessíveis à comunidade (TOLEDO e SANTOS, 2012). Segundo GOITIA (1982), com o desenvolvimento da democracia nas cidades-estado na Grécia Antiga, surgiram novos elementos urbanísticos que proporcionavam uma maior participação do povo nos assuntos de interesse comum. Além de templos, surgiram nas cidades gregas outros edifícios voltados para a população e ao exercício da democracia (TOLEDO E SANTOS, 2012). Estas construções geralmente estavam dispostas no entorno da *Ágora*, uma espécie de praça pública onde primordialmente funcionava o mercado, mas que depois passou a assumir o papel de centro político e religioso da cidade, reconhecido como local de liberdade e igualdade, de uso comum, onde se realizavam cultos aos deuses e discutiam questões políticas.

Figura 1 - Representação da *Ágora* Grega.



Fonte: O Globo (2016).

Além disso, foi na “Grécia que o jardim se consolidou como lugar de passeio e conversação, como um espaço livre destinado a encontros sociais. Neste, era comum encontrar-se mestres rodeados por seus discípulos” (TEIXEIRA, 2007, p. 45). No interior das cidades antigas não havia áreas ou parques públicos da maneira como existem atualmente, ou seja, para fins de recreação e contemplação (Laurie, 1983).

Na cidade medieval, dentro do seu contexto político e social, as cidades precisavam ser protegidas por muralhas e não havia espaço suficiente para os espaços públicos livres, como praças e jardins, com exceção daqueles destinados ao cultivo de alimentos, como as hortas, e vias de circulação já que a prioridade era proteger apenas o essencial à manutenção da cidade.

No Renascimento, Toledo e Santos (2012) afirmam que os jardins surgiram sob novas perspectivas arquitetônicas, com traçados geométricos e sob grandes efeitos artísticos. A arquitetura era incorporada à jardinagem e segundo Del Picchia (2009) o jardim era parte integrante do edifício, os quais compartilhavam a mesma criatividade, e ambos formavam uma unidade reconhecível pelo olhar.

Mais adiante, a França, assim como a Inglaterra, foi um dos grandes influenciadores de boa parte dos jardins europeus e americanos no decorrer do século XVIII e também do surgimento das áreas verdes, parques e jardins em larga escala. No final desse período a valorização e apreciação das áreas verdes e da arte é exemplificada nos jardins do palácio de Versailles, projetado por Andre Le Nôtre, maior paisagista do barroco francês. “Versalhes foi a apoteose do jardim de vista francesa. Em torno da famosa perspectiva outros jardins foram construídos e refeitos” (DEL PICCHIA, 2009, p. 30).

Desse período em diante, verificou-se uma crescente e gradual complexidade na formação dos aglomerados urbanos. As cidades com suas inúmeras formas, tamanhos e tipologias possuíam um denominador comum: a rua, que exerce papel significativo na medida em que possibilita o deslocamento das pessoas para diferentes lugares dentro e fora dos limites urbanos. Apesar de sua importância, este espaço de proporções limitadas não estava suprindo as necessidades cada vez mais crescentes de uma sociedade em constante crescimento e mudança de pensamento no que diz respeito à cidade e ao modo

de vida coletiva. Diante desse contexto, houve a necessidade por espaços mais amplos, como largos e praças que, por um extenso período da História desempenharam papel importante e função gregária da vida social, cultural e comercial das cidades.

A partir da segunda metade do século XVIII, houve um interesse maior pelos espaços livres públicos graças ao crescimento das cidades ocasionado pela Revolução Industrial e pela falta de planejamento do tecido urbano (TOLEDO, SANTOS, 2012). Para Kliass (1993), o parque surgiu ao final desse mesmo século, na Inglaterra, incorporando à estrutura urbana os jardins da Corte, após longo período de influência francesa em seus jardins.

No século XIX, ainda diante de um considerável crescimento populacional nas cidades, os largos e praças, espaços de tamanho reduzido, definitivamente não mais atendiam às necessidades da população demandando assim, cada vez mais um novo espaço, diferenciado, que posteriormente veio denominar-se parque urbano.

O início do século XX, especificamente no território brasileiro, foi um período de grandes transformações onde houve “A criação de bulevares, o ajardinamento de avenidas e praças, a criação de recintos ajardinados, iniciativas características das primeiras décadas da República” (SEGAWA, 1996, p. 74).

“Na década de 50, afirma-se a tendência do neopaisagismo no plano de parques, valorizando características cênicas das áreas verdes, com ambientes agradáveis, variados, capazes de despertar o interesse e a fantasia dos usuários” (FRIEDRICH, 2007, p.42).

As aspirações para este século, pelo menos nessa primeira metade, há de conceber que os espaços públicos abarcarão em seu processo de concepção e implantação, a liberdade de criação nos seus desenhos, assim como nas propostas de suas funções e adequações, tendo como uma das exigências a educação ambiental e o acesso universal ao ambiente. Nesses termos, Macedo e Sakata (2002) afirmam que o público a ser atendido atualmente é diferenciado: muito maior e menos exigente que as elites do Império e a Primeira República, o novo público possui menos referências culturais externas, mora em subúrbios

densamente construídos, em sua maioria baixa renda, onde o espaço público, seja rua, a praça, praia ou parque, é o único local onde pode desenvolver atividades ao ar livre.

2. ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS URBANOS NO BRASIL

2.1. Definições e Características

Muitos autores trabalham essa temática ressaltando a dificuldade de se definir alguns conceitos sobre Espaço Livre e seus similares. Toledo e Santos (2008, p. 75), por exemplo, afirmam que “tem sido uma dificuldade tanto no meio científico quanto no planejamento e gestão desses espaços, certificando-se de que há a necessidade de se alcançar uma linguagem única em todos os campos”. Apesar desses conceitos virem sendo estudados ao longo dos últimos anos com a intenção de se chegar a uma definição teórica, ainda há uma falta de consenso frente às inúmeras definições dos mesmos.

Na bibliografia científica, os termos e suas variações dependem das referências dos autores. Por exemplo, segundo Cavalheiro e Del Picchia (1992), os municípios brasileiros são constituídos pelo espaço privado e público, considerando-se que este último pode ser classificado em livres ou edificados, rural ou urbano.

Os espaços livres públicos urbanos, objeto de estudo deste capítulo, são espaços não ocupados por edificações que, na maioria das vezes, afirma Magnoli (1982), e segundo ele corresponde ao maior percentual do solo das cidades brasileiras, inclusive entre as mais populosas, constituindo instrumentos territoriais para a construção da cidadania.

O conceito de Espaço Público Livre, dentro de uma pesquisa feita por Lima et al. (1994), é aquele que se contrapõe ao espaço construído em áreas urbanas. Assim, a Floresta Amazônica, segundo essa definição, não se inclui nessa categoria; já a Floresta da Tijuca, localizada na cidade do Rio de Janeiro, é considerada pelos autores como um EPL. Porém esse conceito deve ser integrado ao uso, escala e função do espaço, devendo cumprir três objetivos principais: ecológico, estético e de lazer. Sanchotene (2004) corrobora com Lima (1994) definindo os espaços livres como áreas não edificadas de uma cidade, seja ela propriedade do município, Estado, União ou de particulares e independentes de sua destinação de uso.

O Espaço Público Livre urbano não compreende apenas a plataforma física, onde se realizam ações da esfera pública, mas como conjunto de equipamentos somadas às ações no âmbito público. Denomina-se “espacialidade pública” não apenas aquela de propriedade pública - os bens de uso comum da população como rios, mangues, praias, ruas, calçadas, praças, parques, imóveis, escolas, postos de saúde, entre outros - mas todos os lugares nos momentos onde se realizarem ações de cunho público. Segundo Everton (2012), todos esses espaços são peças-chave em potencial para a sociabilidade e a vida pública das pessoas que vivem nas cidades exercendo relevante participação no processo de inclusão social das pessoas de diferentes idades, condições físicas, socioeconômicas, religiosas e culturais.

Esses espaços formam entre si uma rede sistemática e dinâmica, que apresenta relações de conectividade, complementaridade e hierarquia entre si, e entre seus múltiplos papéis estão a circulação, a drenagem, atividades de combate ao ócio, convívio público, marcos referenciais e memoriais, conforto e conservação ambiental. Por isso, de acordo com Benfatti e Queiroga (2007), fazem parte deles um conjunto de equipamentos, com maior ou menor quantidade/qualidade, em função dos eventos públicos neles incidentes.

Cada cidade possui um sistema de espaços livres que simbolicamente constituem-se em elementos representativos da cultura, economia e de valores, de parte da identidade e imagem urbana (DARODA, 2012). Além disso, cada cidade apresenta um maior ou menor grau de planejamento prévio, com um maior ou menor investimento da gestão pública pela implantação e manutenção desses espaços. Para Gomes (2002, p.164), “todas as cidades dispõem de lugares públicos que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade”, ou seja, espaço público urbano pode ser compreendido como um espaço fundamental de integração, expressão e individualidade dentro de uma pluralidade.

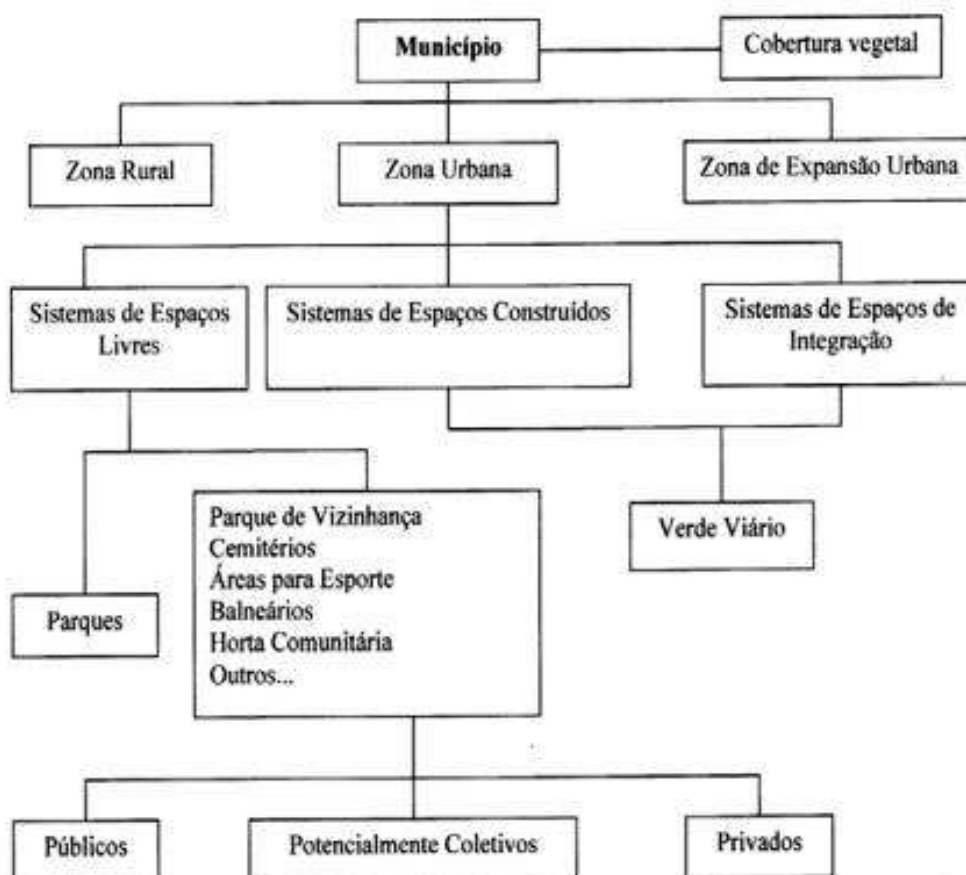
Além dessas características sociais que os espaços livres públicos urbanos possuem, é importante frisar a ideia de que esses espaços vão muito além do escopo de um “sistema de áreas verdes”. Espaços livres e áreas verdes frequentemente são confundidos no Brasil muito em função da cultura anglo-saxônica na área de paisagismo, que privilegia muito os parques e demais áreas

verdes e nem sempre considera a maioria da complexidade dos sistemas de espaços livres urbanos.

Nucci (2004) embasada em Cavalheiro et al. (1999) e citada por Buccheri Filho (2006) identifica as diferentes categorias de EPL's (Diagrama 1), colaborando assim para uma padronização final de conceitos na perspectiva de contribuir para os estudos e análises a serem realizadas neste trabalho.

Um Espaço Público Livre urbano corresponde, enfim, aos espaços não ocupados por elementos edificados, ou seja, compreende a plataforma física que se contraponha ao espaço construído e que permita utilidades variadas - circulação, ecológica, estética, lazer, dentre outros - com foco na inclusão e bem-estar social.

Diagrama 1 - Organograma de classificação dos espaços municipais.



Fonte: FILHO (2001).

2.2. Tipologias

Apesar da grande variedade de Espaços Públicos Livres, classificados em naturais ou antropotizados, eles podem ser classificados em três grandes grupos segundo Matos (2010): circulação, de lazer e recreação, ou preservação.

Os espaços livres públicos urbanos mais comuns e conhecidos no Brasil são:

Ruas e Calçadas: São considerados os elementos estruturais mais importantes do tecido urbano, visto que permitem a circulação de pedestres, ciclistas e veículos além de favorecerem a integração entre diversas partes da cidade, o que é essencial à dinâmica das mesmas no presente século.

Jane Jacobs (2000), trata os meios de circulação, sejam eles de carros ou pedestres, como órgãos vitais para as cidades que ultrapassam a função primária de circulação, reconhecendo-se também sua capacidade de gerar segurança. A expressão “olhos da rua” utilizada pela autora quer dizer que não só a circulação de pessoas mas também a ocupação das ruas na maior parte do dia garantem segurança, seja através da permanência direta de determinados grupos no espaço – aposentados jogando nas praças pela manhã e crianças e adolescentes brincando a tarde, por exemplo - ou indireta com a dinâmica gerada pelas edificações do entorno onde quanto maior a diversidade de funções dessas edificações maior a dinâmica gerada por suas atividades.

Orlas marítimas: O método de expansão da maioria das cidades brasileiras era baseado em dominar amplos territórios costeiros. Este processo, que durou quase quatro séculos, resultou na definição da atual morfologia costeira de algumas cidades como por exemplo o Rio de Janeiro.

A partir da utilização medicinal das praias indicada ao rei D. João VI, no final do século XVIII, as praias hoje abarcam as mais variadas atividades esportivas e de lazer se transformando no espaço de lazer requisitado pelos brasileiros e turistas.

Nas primeiras décadas do século XX, grandes transformações influenciaram a vida de muitas cidades, entre elas a reorganização do porto, a valorização e embelezamento dos bairros da orla marítima, até então não valorizados. Inicialmente desenvolveu a peculiaridade de manter esse espaço livre para o lazer com programação mais intensa aos fins de semana e nas férias.

Atualmente as orlas apresentam tipologias com funções e vocações diversas voltadas sobretudo ao passeio descompromissado, à contemplação da paisagem e às práticas esportivas com programações mais intensas aos fins de semana, férias e feriados.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente – MMA – os conceitos que determinam a classificação das tipologias da orla surgem da miscigenação da qualidade de seus atributos naturais com as tendências de ocupação, constituindo o campo de análise para seu enquadramento nas categorias. Neste sentido, podem ser listadas três classificações de uso e ocupação considerando níveis de preservação dos ambientes naturais da orla, a saber:

Classe A: baixíssima ocupação, paisagens com alto grau de originalidade, baixo potencial de poluição, preservação e conservação das características e funções naturais são prioridades.

Classe B: baixo a médio adensamento de construções e população residente, paisagens parcialmente antropizadas, médio potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial, são trechos onde os usos são compatíveis com a conservação da qualidade ambiental e os que tragam baixo potencial de impacto.

Classe C: apresentam médio a alto adensamento construtivo e populacional, paisagens antropizadas, multiplicidade de usos, alto potencial de poluição – sanitária, estética, sonora e/ou visual.

Margens de rio: Grande parte das cidades brasileiras foi fundada nas margens de rios, que desempenharam o papel de viabilizar o crescimento econômico local ao longo do tempo. A disponibilidade de água constituía

um dos principais fatores que determinavam o estabelecimento definitivo e a localização específica de povoadamentos. Os rios não forneceram somente a água como recurso básico para o abastecimento da população ou para a agricultura irrigada, mas também como um dos principais meios de comunicação e transporte intra-urbana e intermunicipal, que proporcionavam meios de crescimento econômico aos povoadamentos, dando origem posteriormente às cidades. Embora seja parte integrante do espaço urbano, a beira-rio na maioria das cidades brasileiras não se constitui mais como espaço em potencial a ser usufruído, não como nos séculos anteriores. A constante expansão da cidade, seu adensamento, a forma como uso e ocupação do solo urbano têm se dado vem impactando diretamente a integridade dos recursos fluviais naturais desvalorizando-as e afastando as possibilidades do uso seguro destes espaços por parte da população.

Atualmente tem-se tentado reconstruir o espaço público beira-rio não mais como um lugar essencialmente econômico, mas também de socialização, convivência e exercício de cidadania.

Pátios e Largos: Os largos e pátios são geralmente grandes espaços localizados à frente das imponentes construções religiosas. O pátio, segundo Carneiro e Mesquita (2000) podem ser classificados em espaços livres públicos que surgiram a partir de uma igreja ou outro elemento arquitetônico importante, geralmente pavimentados quase sempre funcionando como respiradouros, proporcionadores de encontros sociais e eventualmente utilizados para o exercício de outras atividades. Os largos seriam “vazios ou alargamentos da estrutura urbana e que com o tempo foram apropriados e usados” (LAMAS, 2004, p.102). Atualmente, em alguns largos e pátios são realizadas atividades voltadas principalmente para atividades culturais ou comerciais como feiras ao ar livre, eventos religiosos, entre outros.

Praças: Depois da rua, a praça representa um dos mais importantes elementos da configuração urbana representando espaços referenciais, possuidores de “marcos visuais” e “pontos focais”, elementos importantes na organização da cidade (LYNCH, 1997).

Assim como as ruas, pátios e largos, a praça representa um cenário de diversas manifestações populares. Lamas (2004) defini o significado original das praças, ruas e largos, onde a praça era o “lugar intencional de encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes” (LAMAS, 2004, p.102), diferindo-a da rua - “lugar de circulação” - (LAMAS, 2004, p.100) e dos largos - “vazios ou alargamentos da estrutura urbana e que com o tempo foram apropriados e usados” - (LAMAS, 2004, p.102).

Segundo Macedo et al. (s/d), aponta as praças e parques como os espaços mais reivindicados ao poder público e destaca a significativa diminuição quantitativa desses espaços na medida que se afasta dos bairros centrais, geralmente ocupadas por moradores de classe média e alta.

3. OS PARQUES URBANOS

3.1. Gênese e desenvolvimento

O Parque Público Urbano foi um produto consequente da cidade industrial, sobretudo na Europa e Estados Unidos, fundamentada em dois pontos primordiais: a urbanização e a industrialização. Com o deslocamento massivo da população rural do campo para a cidade, onde se encontrava maiores oportunidades de trabalho graças a implantação das indústrias, a cidade passou a ter a qualidade ambiental comprometida sobretudo pela carência de infraestrutura de saneamento nos agrupamentos superadensados e pelo lançamento indiscriminado de gases poluentes no ar. Percebeu-se, então, a necessidade de dotar os grandes aglomerados urbanos industriais de espaços adequados para atender uma nova demanda social e higienista, com foco no lazer, na diminuição do tempo ocioso e no acesso aos espaços verdes capazes de amenizar os efeitos provocados pelos insumos lançados pelas indústrias. Cottonopolis (cidade do algodão) atual cidade de Manchester, na Inglaterra, foi o berço da Revolução Industrial. As fábricas dominavam a paisagem dessa cidade considerada, entre os séculos XVIII e XIX, o centro internacional da produção de artigos derivados do algodão sendo até hoje considerado um importante centro econômico do Reino Unido.

Figura 2 - Manchester, segundo Edward Goodall (1795-1870).



Fonte: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cottonopolis1.jpg>>

No século XIX, o prefeito de Paris, Georges Eugène Haussmann, um dos fundadores do urbanismo, considerava que apenas as ruas, arruamentos e passeios formavam os espaços livres urbanos. Mais recentemente, na Carta de Atenas de 1933, esses espaços tiveram suas definições reformuladas e então passaram a referir-se às "instalações comunitárias", "superfícies verdes" e "locais de lazer".

Após a Segunda Grande Guerra, emergiu a necessidade de se planejar e desenhar novos espaços nas cidades onde fosse possível restabelecer a relação entre o indivíduo e sua coletividade, em parte, perdida pelas experiências traumatizantes da guerra.

No Brasil, os poucos parques urbanos implantados até o século XIX estavam localizados em algumas das grandes cidades ainda assim restritos às áreas centrais e bairros nobres. Eles surgiram num contexto completamente diferente do europeu, visto que foram criados para complementar o cenário das elites emergentes aqui instaladas, procurando construir uma configuração urbana semelhante ao dos países do Velho Continente, sobretudo os ingleses e franceses (MACEDO e SAKATA 2010), pois, não haviam justificativa além dessa já que o país ainda não possuía uma malha urbana expressiva, complexa e degradada como a dos países europeus.

Com a vinda da família real portuguesa, em 1808, se fez necessário sua organização de modo que as transformações paisagísticas constituíssem espaços que atendessem aos anseios das elites que aos poucos foram ocupando e reocupando as cidades emergentes brasileiras. No Rio de Janeiro já existia o Passeio Público (Figura 3), desde 1783, mas a presença da coroa portuguesa impulsionou a criação de novos espaços, como o Jardim Botânico (1808) e o Campo do Santana (1873) fruto de uma reestruturação urbana do Brasil como nação.

Figura 3 - Primeiro jardim público do Rio de Janeiro. Inaugurado em 1783.



Fonte: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/projetos1.htm>>.

O início do século XX representou um período de grandes transformações no território brasileiro onde, segundo Elias e Pequeno (2007), o processo de urbanização no Brasil se intensificou, mais especificamente, a partir dos anos 1950, caracterizando-se pela crescente concentração da população e das atividades econômicas em algumas poucas cidades, que mais adiante se tornaram metrópoles com a chegada das novas formas de produção e consumo, aliadas aos novos padrões econômicos e culturais.

As aspirações para o século XXI, pelo menos nessa primeira metade, há de conceber que os parques urbanos abarcarão em seu processo de concepção e implantação, a liberdade de criação nos seus desenhos, assim como nas propostas de suas funções e adequações, tendo como exigências a educação ambiental, a política urbana e o acesso universal ao meio ambiente. Nesses termos, Macedo e Sakata (2002) afirmam que o público a ser atendido é muito maior e menos exigente que os dos períodos passados, que tinham como referência as cidades de europeias. O novo público não anseia por referências culturais externas, mora em subúrbios densamente construídos, em sua maioria muito pobres, onde o espaço público, seja rua, a praça, praia ou parque, é o único local onde pode desenvolver atividades ao ar livre.

3.2. Conceitos e caracterização

O parque urbano, assim como as ruas, os pátios, largos e praças, também configura-se palco de manifestações populares provido de uma variedade

funcional muito mais ampla que estes últimos, contemplando atividades das ordens cívica, política, social, cultural, esportiva e religiosa, elemento de forte contribuição para a sustentabilidade urbana.

Lima et al. (1994, p. 545) define o parque urbano como “uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer com uma extensão significativamente maior que as chamadas praças e jardins públicos”. Segundo **Mascaro** (2008), os parques urbanos são áreas de médio porte, medindo cerca de 10 a 50 hectares, de preferência envolvidas pelo tecido urbano, ou ao menos encostado nele, com boa ligação ao sistema de transporte público e privado da cidade. São espaços onde o verde domina, com árvores preferencialmente nativas e grama, pois facilitam a utilização e diminuem os custos com manutenção.

Dentre características inerentes aos parques urbanos, **Kliass** (1993) destaca as dimensões significativas e a predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação. Para a autora, o parque é um elemento urbano capaz de interagir com seu entorno com capacidade de absorver a dinâmica da estrutura urbana assim como dos hábitos da população.

Em outra narrativa, tem-se que os parques urbanos são:

“espaços livres públicos com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural – vegetação, topografia, elemento aquático – como também edificações, destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas” (**CARNEIRO e MESQUITA** *apud* MENDONÇA, 2007, p. 125).

Em complementação,

“os parques urbanos, hoje, ampliam não só o seu uso, mas também o seu papel no contexto social e ambiental passando a serem conhecidos como espaços educativos, sociais e proporcionadores de um ambiente saudável para a cidade” (**CARNEIRO** *apud* ALBUQUERQUE, 2006, p. 104).

Eles são equipamentos públicos urbanos derivados de experiências inglesas, francesas e americanas que surgiram a partir de ações concretas, em locais e contexto histórico específicos, divergentes da realidade brasileira mas

que ao passar do tempo foram adquirindo novos significados, condizentes com as necessidades local.

3.3. Funções e importância

Desde 1858, Olmsted, o autor do projeto do Central Park de Nova York, já falava sobre a importância de se ter uma área prevista, uma grande extensão de terra destinada a implantação de um parque. Segundo McCormick (1992), inúmeros parques foram criados desde o século XIX, como os pioneiros norte-americanos, Yellowstone e Yosemite, ambos com o objetivo de se constituírem muito mais em espaços para lazer e recreação públicos das populações urbanas do que para preservação de áreas virgens.

Um dos principais benefícios oferecidos pelo parque é o atendimento das necessidades relativas ao lazer e à recreação. A rotina cansativa e repetitiva imposta pelo modo de vida urbana e potencializada pelo sistema capitalista pode ser atenuada por atividades realizadas nos parques, como caminhadas, passeios, contemplação, eventos e brincadeiras.

Outra característica importante são os atributos estéticos dos parques, com ressalva para a importância da vegetação. Todos esses elementos desempenham funções ligadas à satisfação sensorial e estética, capazes de promover a diversificação da paisagem, o embelezamento da cidade, a amenização da aridez e da repetição dos prédios (GUZZO, 1997; MAGALHÃES; CRISPIM, 2003).

A importância dos parques urbanos dentre tantos outros Espaços Públicos Livres se dá a partir da gama de fatores relacionada ao meio ambiente urbano, onde as cidades se tornaram cada vez menos atrativas em termos de qualidade ambiental e de vida. Poluição atmosférica, erosões, chuvas ácidas, enchentes e tantos outros comprometem a situação não apenas ambiental mas psicológica da população.

3.4. Evolução das linhas projetuais

Os parques no Brasil, em seu processo de implantação e desenvolvimento, são caracterizados por três períodos distintos: eclético, moderno e contemporâneo.

Foi na fase do ecletismo que surgiram as praças ajardinadas, jardins de mansões dos barões do café no Rio de Janeiro e em São Paulo e os primeiros parques urbanos. O início desse período foi marcado pela construção do Passeio Público no Rio de Janeiro em 1783, grande ponto de encontro da população carioca nos séculos XVIII e XIX, e seu declínio se deu com a hegemonia dos grandes projetos públicos em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília no final da primeira metade do século XX. Durante esse período houve muita influência francesa e inglesa sobre os projetos desenvolvidos no Brasil, orgânicos ou não orgânicos, eles sempre tinham eixos e espelhos d'água, eram marcados por uma vegetação importada, de origem europeia, com lagos sinuosos e fontes importadas, configurando um cenário estrangeiro ressalta Macedo (2010). Segundo Macedo e Sakata (2003, p.62) os parâmetros ecléticos eram assim caracterizados:

- O uso da vegetação em maciços arbóreos, massas arbustivas e forrações, boa parte de origem europeia associadas à espécies nativas e recursos hídricos sinuosos;
- Área marcada por um sistema de caminhos – orgânicos ou orgânicos e geométricos concomitantemente - que se cruzavam de forma a favorecer a prática do footing – passeio onde além de se contemplar a paisagem levava em conta o ato de ver e ser visto;
- Existência de pontos focais e recantos que abrigavam elementos pitorescos como quiosques, grutas, ilhas, estátuas, fontes, coretos, pérgulas, entre outros, segundo a tendência francesa;
- Cultivo de plantas em estufas, criação de aves em viveiros e animais em pequenos zoológicos, assim como podiam haver animais soltos, como patos, cotias e pavões;

Como exemplares de parques ecléticos pode-se citar a Praça Nove de Julho, em Salvador, a Praça da República e o Jardim do Museu do Ipiranga, em São Paulo, a Praça da Liberdade, em Belo Horizonte (Figura 4), e o Jardim Botânico, no Rio de Janeiro.

Figura 4 - Praça da Liberdade, Belo Horizonte.



Fonte: <<https://catracalivre.com.br/bh/agenda/gratis/7-lugares-para-fazer-um-belo-piquenique-ao-ar-livre-em-bh/>>

Logo em seguida surgiu o período moderno, cujo programa combina a contemplação, o lazer e outras funções, vindo a ser consolidado na década de 1970 com os projetos do arquiteto, paisagista e artista plástico Roberto Burle Marx, no Recife, e os jardins do edifício do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no Rio de Janeiro. Ele surgiu como uma resposta às carências da população no que se refere à falta de equipamentos e espaços públicos.

Até os dias atuais a maioria dos projetos paisagísticos seguem os seguintes paradigmas:

- O uso dos elementos estruturadores dos parques ecléticos, porém sob uma tradução nacional, como por exemplo a criação de cenários bucólicos com a utilização de vegetação nativa ou exótica, ou ainda o uso da água com mesmo caráter contemplativo, porém projetados em formas ortogonais, assimétricas e com uso moderado das curvas;
- Utilização de um traçado mais simples, geométrico e bem definido e o abandono das linhas sinuosas decoradas com elementos pitorescos e românticos;
- A circulação feita por caminhos que interligam diferentes equipamentos de maneira mais direta, acrescentando-lhes a possibilidade de praticar atividades físicas;
- Subdivisão do parque em áreas distintas e bem definidas onde funcionam os piqueniques, a prática de esportes, contemplação, lazer infantil, lazer para adultos;
- A inserção de elementos construídos como os anfiteatros, arquibancadas, pisos e murais artísticos, entre outros.

Figura 5 - Terraço jardim do Palácio Capanema, projetado por Burle Marx.



Fonte: <<http://historiaearquitetura.blogspot.com.br/2013/10/o-telhado-verde-de-le-corbusier.html>>

Na Praça Ministro Salgado Filho, no Recife, a primeira mudança foi nos pisos, que passaram a ser mais elaborados e coloridos. Nesse período, a praça adquiriu espaços para lazer e esporte onde as fontes e as pérgolas, mais românticas, dão lugar a lagos com inspiração cubista, além da vegetação nativa, tropical, com forte sentido de fortalecer a ideia do nacionalismo. Esses aspectos podem ser notados também no projeto do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, e em muitos parques de Curitiba, no Paraná. De acordo com Macedo (2010), esse é o estilo predominante nos espaços públicos brasileiros atualmente.

O período contemporâneo, ainda não plenamente consolidado, teve seu início na década de 80 quando alguns sinais de ruptura com o período passado e evolução no modo de concepção dos espaços livres foram percebidos em diversos pontos do país.

Com a institucionalização da questão ambiental pelo aparelho estatal brasileiro, esse período se caracteriza por uma fase experimental que reflete uma forte influência paisagística japonesa, americana e francesa, em especial na seleção de estruturas construídas. Os parques urbanos, em conjunto com as demais áreas verdes municipais, apresentam-se como elemento primordial e especial no planejamento das cidades colocando-se como opção importante de equipamento público as populações e continuidade da morada humana, espaço

público livre e elemento de descontinuidade do adensado tecido urbano edificado. Embora ainda não seja tão simples caracterizá-lo, o parque contemporâneo possui um programa mais complexo afim de atender as necessidades de múltiplos usos. Dentre suas características pode-se destacar:

- Possui características ecológicas muito fortes e uma tendência de preservação de ecossistemas naturais antes considerados de pouca importância – como charcos, manguezais, remanescentes de mata nativa, pedreiras ou aterros, ou seja, sempre com o intuito de criar um cenário natural, muito próximo ao do próprio local;
- Apesar de seu programa funcional ser voltado para o culto e embelezamento do corpo, não é muito diferente do parque moderno, embora existam parques contemporâneos exclusivamente contemplativos;
- Transmite uma ideia de que tudo é possível, experimentável e países como Japão, França, Estados Unidos e Espanha são adeptos dessa iniciativa;
- Tem sua vegetação segue com a mesma ideologia de preservação dos ecossistemas com a possibilidade de ser utilizado conforme a tematização do parque;
- A água permanece como importante elemento compositivo, seja em seu formato original ou criado pelo homem, como espelhos d'água, fontes, bicas, entre outros.

Como expoentes do período contemporâneo, Macedo (2010) destaca o parque Cidade de Toronto, em São Paulo, construído numa região de charco totalmente aproveitada, e a Praça Itália, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Outra característica desse estilo é a tentativa de criar um cenário natural, muito próximo ao do próprio local.

Figura 6 - Parque Cidade de Toronto, SP.



Fonte: <http://www.apontador.com.br/local/sp/sao_paulo/parques/C412509034323U323F/bosque_da_leitura_parque_cidade_de_toronto.html>

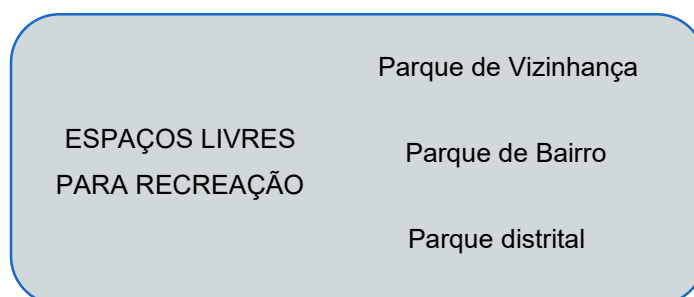
Ao tratar dos grandes parques urbanos do século presente, deve-se levar em consideração a referência ao movimento conservacionista do "Park

Moviment" e aos grandes projetos do século passado, como as atuações de Olmsted (1903), considerado o pai da arquitetura paisagística norte-americana. Uma de suas premissas era a utilização econômica dos espaços livres, de forma que fossem criadas oportunidades de recreação e de preservação dos recursos naturais, controle de enchentes, proteção aos mananciais, criando assim espaços agradáveis não apenas para passear, mas também para estar.

3.5. Classificação e Tipologia

Os Espaços Livres para Recreação conceituados por Escada (1992, p. 13), abordam os parques como espaços que devem proporcionar recreação física e psicológica além de oferecer um local apropriado onde o ser humano possa ter um ambiente urbano especialmente voltado à natureza. Até o presente momento não existe um consenso com relação à classificação dos parques então serão apresentados tipologias e suas respectivas finalidades de acordo com alguns estudiosos da área. Wright, por exemplo, agrupou esses espaços conforme o diagrama a seguir:

Diagrama 2 - Esquema de classificação dos espaços livres para recreação.



Fonte: Wright et. al Escada (1992).

Os **Parques de Vizinhança** são áreas reduzidas com função essencialmente recreacional e que podem comportar alguns tipos de equipamentos voltados para recreação. São espaços livres e pequenos inseridos nos projetos de loteamento ocupando um ou mais lotes a fim de servir uma unidade de vizinhança ou habitação substituindo as ruas e quintais das casas. Deve ser previsto vegetação, ambientes de jogos, bancos para descanso, entre outros. O autor estima que para atender convenientemente a população local devem estar entre 100 e 1000 m de distância das residências ou do trabalho.

Os **Parques de Bairro** são locais de maiores dimensões, cerca de 10ha, além de terem funções recreacionais mais ativas, comportando uma gama maior de equipamentos de lazer. Apresentam também funções paisagísticas ou bioclimáticas, e já não são entendidos como extensão das residências como acontece com Parque de Vizinhança.

E por último, os **Parques Distritais** que são basicamente espaços de grandes proporções, área mínima de 100ha que contam com elementos da natureza de grande valor paisagístico e ambiental que devem ser conservados na sua condição original. Devem ser pensados de forma a permitir atividades como acampamento, trilhas, passeios a cavalo, locais para banho, entre outros.

Coronio e Muret (1976, p.74-80) divide os espaços verdes segundo o tipo de equipamento e o seu respectivo raio de atuação, onde:

- Áreas de condomínio e de vizinhança são áreas reduzidas que visam atender a parcela da população que possua mobilidade limitada, como bebês e crianças, idosos e deficientes em geral, basicamente para espalhar ou tomar sol.
- Áreas de bairro servem não só à vizinhança, mas destina-se também aos jovens e adultos que buscam espaços voltados à prática de esporte ou atividades físicas, eventos e programações variadas, entre outros.
- Áreas da cidade acumulam as atividades das áreas de condomínio, vizinhança e de bairro e destinam-se às atividades desenvolvidas em família, sobretudo nos fins de semana, com foco no convívio em meio à natureza domesticada.
- Áreas metropolitanas são áreas de grande importância quando inseridas em áreas conturbadas e de paisagem monótona. Sua natureza é predominantemente virgem.

Ramos (1985 apud TEIXEIRA, 2007, p. 11) faz uma outra categorização, mais especificamente dos parques urbanos, dividindo-os em três grupos de acordo com as necessidades da população. São eles os:

- Parques de preservação: tem como finalidade a manutenção de valores naturais ou culturais que necessitam ser preservados;
- Parques especiais: são aqueles criados com fins específicos como, por exemplo, os jardins botânicos, zoológicos públicos;
- Parques de recreação: são áreas verdes equipadas para atender a recreação de toda população urbana.

Teixeira (2007, p. 12, grifo do autor) relata que Rosa Grena Kliass e Miranda Matinelli Magnoli conceberam uma subdivisão para os parques de recreação onde:

- Recreação de vizinhança: são pequenas áreas que variam entre 12000 a 28000m², de fácil acesso, localizadas o mais próximo possível da população. São destinadas à recreação diária de crianças até 10 anos e incluem em sua estrutura área de estar para adultos.
- Recreação de Bairro: áreas entre 48000 e 80000m² que proporcionem recreação a uma faixa etária de 11 a 24 anos. Também possuem área de estar para adultos e proporcionam atendimento diário num raio máximo de 1km.
- Setoriais e Metropolitanos: são áreas equipadas para recreação de toda população municipal ou metropolitana. Sua extensão é de responsabilidade extra-urbana já que serve um público de diferentes cidades. O raio de atendimento do parque setorial é de aproximadamente 5km.

Caracterização dos espaços categorizados por Mascaró:

- Parque urbano: áreas de médio porte, entre 10 a 50ha. Deve estar envolvido pelo tecido urbano, com boa ligação ao sistema de transporte público e privado. Possuem áreas especiais destinadas a exposições e feiras, lagoas de recreação, esplanadas para eventos. São predominantemente verdes, com espécies nativas e grama, elementos de fácil manutenção.
- Espaços de recreio infantil e juvenil: são áreas de pequeno e médio porte distribuídas pela cidade de preferência próximo dos aglomerados habitacionais; áreas juvenis podem estar mais distantes entre si quando comparado aos espaços infantis. Ambos os espaços devem estar protegidos do tráfego intenso de veículos.
- Espaços abertos para adultos e idosos: são áreas verdes espalhadas pela cidade na mesma proporção que os espaços verdes infantis. O ideal é que estejam em contato com as áreas infantis, porém separado dos espaços juvenis, o que não impede que haja contato visual. Devem ser áreas planas com quadras de bochas, mesa de jogos, caminhos para pequenos percursos, bancos, áreas bem arborizadas em contraposição à outras áreas insolaradas.

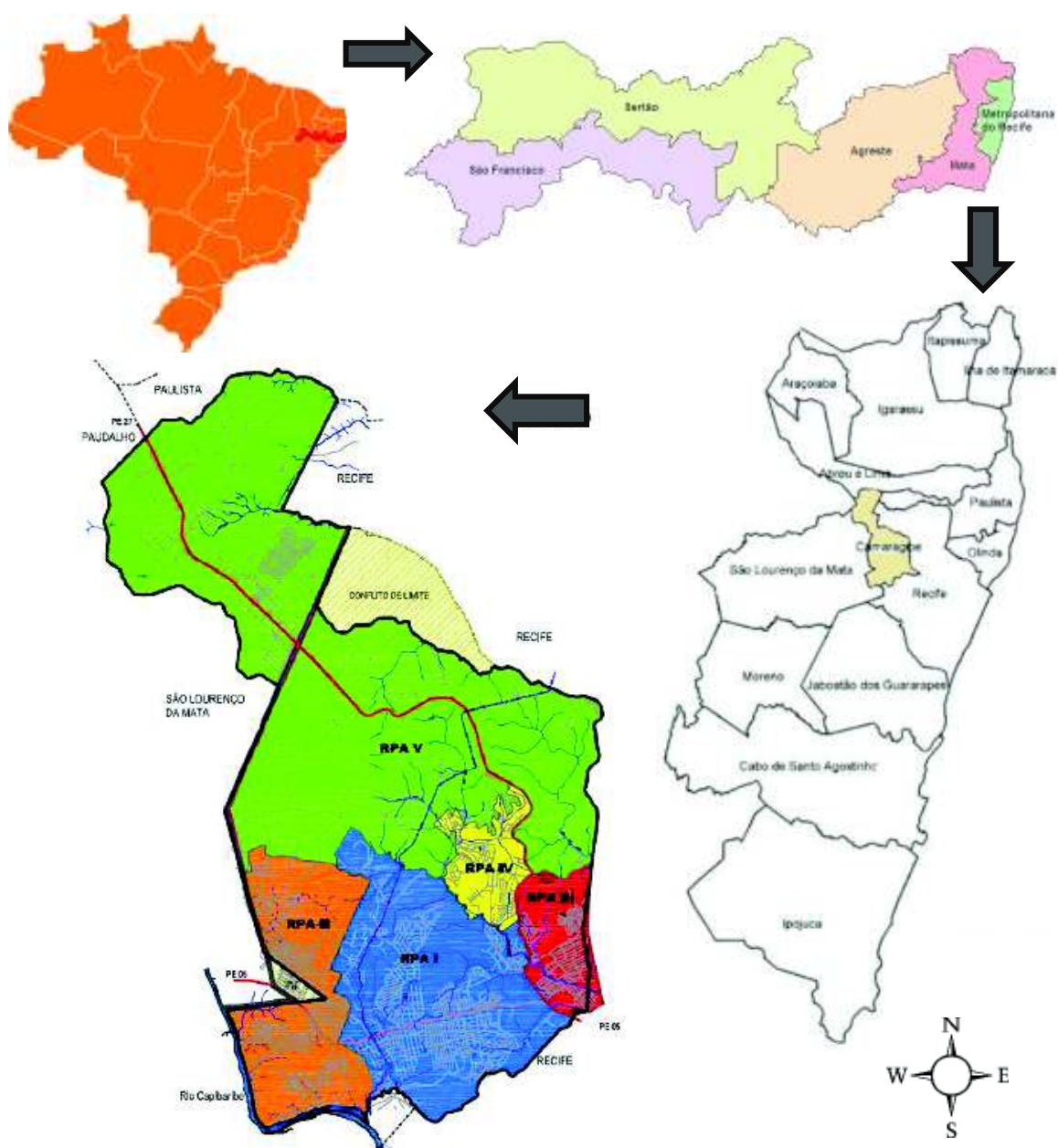
Ainda segundo o Plano Diretor de Sistema de Parques Metropolitanos – PDSPM/RMR (1980), existe outro tipo de categorização do parque urbano, onde são considerados os:

- Parques de recreação: área de oferta de lazer localizada próxima às escolas e centros habitacionais;
- Parques de Vizinhança: relacionado aos núcleos ou conjuntos residenciais, portanto devem estar localizados próximos as concentrações habitacionais;
- Parques Distritais: aquele que atende às demandas entre bairros;
- Parques Municipais: são capazes de atender uma demanda maior por espaços de lazer, devendo ser implantado próximo em áreas intramunicipais;
- Parques Metropolitanos: devem ofertar grande variedade de atividades recreativas, desportivas e culturais, além de abrigar atividades de teor científico como pesquisas de preservação ao patrimônio natural ou construído;
- Parques regionais: área indispensável para conservação da natureza. Se localizado em Região Metropolitana passa a ser denominado Parque Regional Metropolitano.

4. PARQUE PÚBLICO EM CAMARAGIBE E SEUS CONDICIONANTES

O município de Camaragibe fica localizado na zona oeste da Região Metropolitana do Recife – PE e, segundo o último censo do IBGE (2010), sua área equivale a 51.257km² e sua população a 144.466 habitantes usufruem de dois parques - Parque Açude Santa Rita de Kassia, com aproximadamente 11.600m², e Parque de Camaragibe, com área próximo dos 19.000m² e 15 praças.

Figura 07 – Localização do município de Camaragibe no contexto nacional, estadual e metropolitano.



Fonte: Diversas. Organização: Rozane Evangelista Ramalho, 2017.

Por volta dos anos 1990 Camaragibe apresentou um crescimento considerável a partir do seu núcleo central, naquela época, representada pela Vila Operária da fábrica têxtil que deu origem à cidade, próximo às nascentes do rio Camaragibe. A várzea desse afluente do Capibaribe constitui um caminho natural no sentido oeste, correspondente à rodovia estadual PE-05 (av. Belmiro Gouveia). A partir dela, as colinas foram sendo paulatinamente ocupadas, especialmente ao sul, próximo do limite com Recife, onde vieram se assentar moradores da planície recifense desabrigados pelas enchentes dos anos 1970.

Durante os anos 1980, o tabuleiro de Aldeia, situado a leste e nordeste do município, foi dividido em grandes lotes de chácaras, granjas e clubes campestres ocupados por recifenses mais abastados. Nas áreas de baixa densidade populacional como por exemplo Vera Cruz, situados ao longo da estrada PE-27, haviam os moradores que se tornaram prestadores de serviços para essa nova população. A melhoria da infraestrutura da PE-27, mais conhecida como estrada de Aldeia, facilitou o acesso às encostas do tabuleiro, que, com a atração provocada pelas oportunidades de trabalho, puderam ser ocupadas pela população de baixa renda, formando a aglomeração de Tabatinga.

Entre 1991 e 1996, houve uma notável aceleração da taxa de crescimento populacional de Camaragibe, um dos maiores fenômenos de crescimento urbano da periferia de Recife. Após a conclusão da construção dos conjuntos habitacionais na região, a demanda ainda existente por habitação foi resolvida espontaneamente onde a população terminou por diluir-se por onde ainda havia possibilidades de acesso ao solo, preferencialmente em locais mais próximos das fontes de emprego ou das vias principais.

Esse adensamento demasiado constitui parte da história recente do processo de ocupação urbana de Camaragibe. As habitações também ocuparam os alagados da várzea do rio Camaragibe, as colinas situadas ao sul e ao norte do eixo central da av. Belmiro Gouveia, subindo por encostas íngremes e desfavoráveis à instalação de habitações precárias, típicas da ocupação informal.

Após essa sucessão de eventos cidade apresentou um grau de complexidade que fez-se necessário a sua divisão em cinco Regiões Político-Administrativas - RPA's – definidas pela lei de bairros nº 299/2006, de maneira que a apreensão acerca das características do município sejam mais facilmente identificadas e seus problemas identificados e sanados. A distribuição da população, área e densidade demográfica em cada uma das 5 RPA's está esquematizada conforme quadro a seguir.

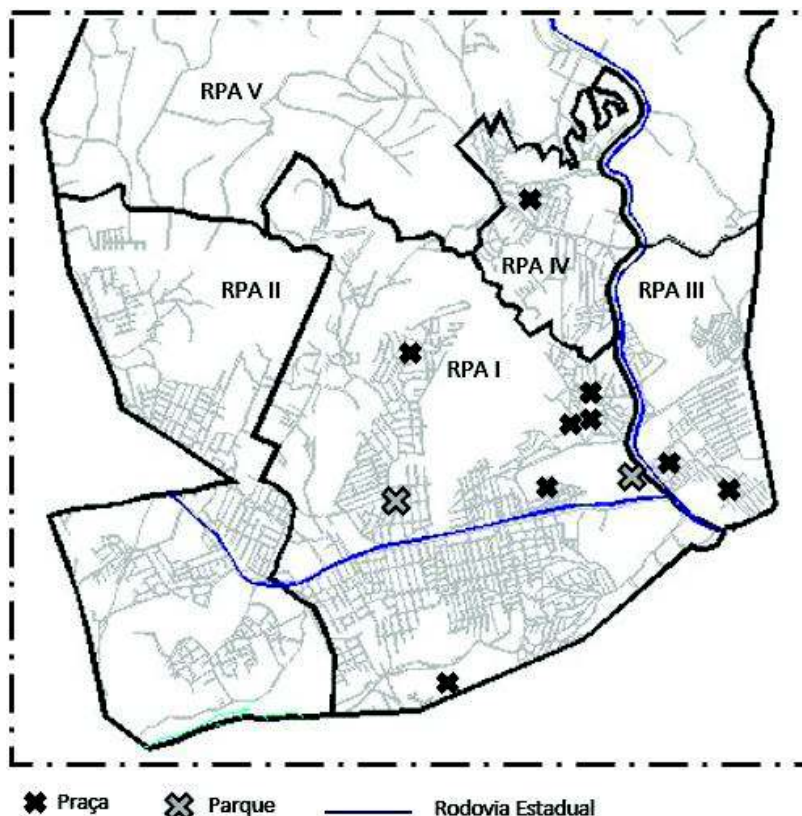
Quadro 01 - Regiões Administrativas e suas respectivas população, área e densidade

<i>REGIÕES ADMINISTRATIVAS</i>	<i>POPULAÇÃO (habitantes)</i>	<i>ÁREA (km²)</i>	<i>ÁREA (%)</i>	<i>DENSIDADE (hab/km²)</i>
<i>REGIÃO I</i>	<i>57.681</i>	<i>9,30</i>	<i>17,58</i>	<i>6202,25</i>
<i>REGIÃO II</i>	<i>24.812</i>	<i>7,8</i>	<i>14,74</i>	<i>3181,02</i>
<i>REGIÃO III</i>	<i>17.516</i>	<i>2,4</i>	<i>4,54</i>	<i>7298,33</i>
<i>REGIÃO IV</i>	<i>13.719</i>	<i>2,13</i>	<i>4,03</i>	<i>6440,84</i>
<i>REGIÃO V</i>	<i>14.974</i>	<i>31,9</i>	<i>59,17</i>	<i>469,40</i>

Fonte: Sumula de dados da prefeitura de Camaragibe. Produzida pela secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (divisão de informações municipais), 2000. Organização: Rozane Evangelista Ramalho, 2017.

A RPA I e a RPA III foram as regiões incipientes no processo de adensamento populacional ocorrida nos anos 90, resultado do movimento de descompressão dos núcleos metropolitanos sentido subúrbio, um fenômeno não só local como recorrente em todo território nacional. Foi nessa região que a economia municipal, baseada nos setores secundário e terciário, começou a se desenvolver. A RPA I preservou a característica de centro comercial do município até os dias atuais e hoje, possui a maior densidade populacional e maior parte dos ELP's (Espaços Livres Públicos) do município sob a forma de parques e praças. De todos os parques e praças existentes nas 5 RPA's, mais da metade estão concentrados na RPA I.

Figura 08 - Mapa das RPA's de Camaragibe. Anexo da lei 420/2009.
Localização dos parques existentes no município.



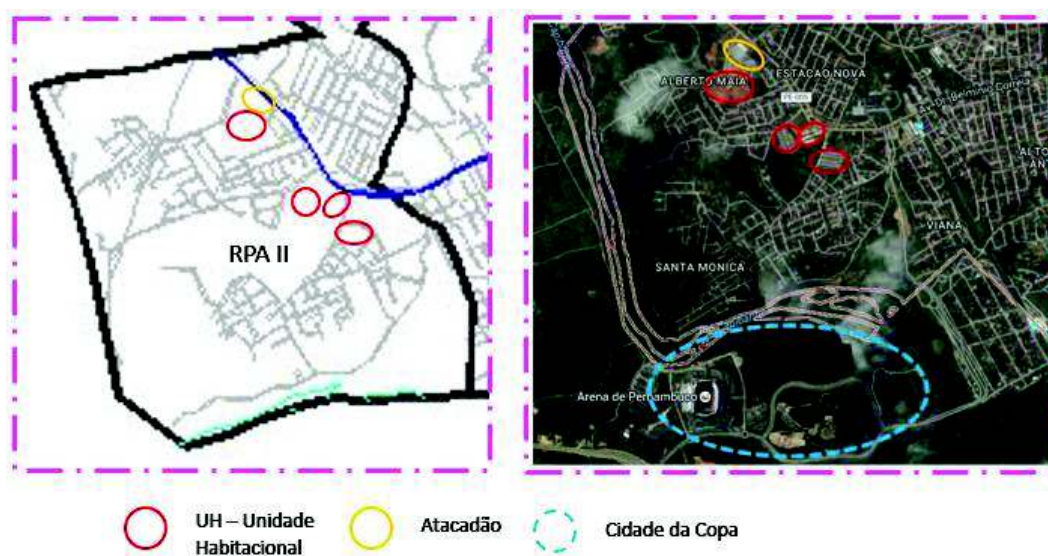
Fonte: Prefeitura de Camaragibe (2016).
Organização: Rozane Evangelista Ramalho (2017).

Ambos os parques existentes no município - Parque Açude Santa Rita de Kassia, localizado no bairro de Timbi e com aproximadamente 11.600m², e Parque de Camaragibe na Vila da Fábrica, com em torno dos 19.000m², localizam-se na RPA I.

De acordo com as informações apresentadas no Quadro 01, a RPA II possui o segundo menor índice relativo a densidade populacional de Camaragibe – perdendo apenas para a RPA V - e representa uma área ainda com considerável disponibilidade de solo a valores relativamente acessíveis quando comparadas a determinados bairros da cidade, como Aldeia, por exemplo. Esse fato deve-se muito à sua localização periférica, menos requisitada por encontrar-se mais distante do centro da cidade e da capital, além de possuir uma infraestrutura pouco desenvolvida. Além disso, o processo de adensamento, que teve início na década de 90, retornou na perspectiva de que ao longo dos últimos anos o local se apresentaria como a mais nova área de valorização imobiliária da cidade.

O movimento de deslocamento populacional rumo à periferia oeste metropolitana teve como base as expectativas criadas em função dos novos empreendimentos econômicos planejados para a região, que nesse caso destaque-se a Cidade da Copa em São Lourenço da Mata, próxima a RPA II de Camaragibe. A partir disso, a RPA passou a receber novas unidades habitacionais independentes e incorporados à condomínios de particulares de forma que juntamente com elas novas unidades comerciais foram atraídas.

Figura 09 - Localização dos grandes empreendimentos na região oeste municipal/metropolitano.



Fonte: Diversas. Organização: Rozane Evangelista Ramalho. (2017)

Ou seja, além da demanda por terrenos mais acessíveis à população, criou-se uma expectativa e dinamização da região oeste metropolitana que, segundo Ramalho (2015), a implantação de um empreendimento desse porte tem a capacidade de criar uma expectativa positiva acerca das vantagens e do valor imobiliário que seriam gerados no seu entorno. Investimentos dessa natureza são indutores de transformação urbanística e impactos significativos na dinâmica e organização espacial do espaço propriamente dito e do entorno. A partir dessa situação, algumas construtoras anteciparam o investimento na construção de conjuntos habitacionais não só em Camaragibe como em São Lourenço da Mata.

A RPA IV, a menor em extensão, apesar de caracterizar-se pela geomorfologia desfavorável à urbanização, compreende a região que possui a segunda maior densidade populacional do município. Tendo como principal perfil

econômico baixa renda, a população local assentou-se ao longo dos morros altamente inclinados dos bairros hoje compreendidos como Tabatinga, Córrego do Burro, Córrego do Paletó, Córrego do Jacaré e São Jorge (Prefeitura de Camaragibe, 2000).

A RPA V possui uma densidade populacional muito baixa e destaca-se no contexto municipal pela sua essência recreativa e ambiental. Desde a década de 1950, o bairro de Aldeia passou a abrigar grandes clubes de lazer, como o Águas Finas (1955), clube mais popular da região conhecida pelas suas piscinas de água mineral, o Clube Alvorada (1962) e o clube Sete Casuarinas (1965). A partir de 1960, as granjas, pequenas propriedades rurais destinadas a agropecuária, foram ganhando novos usos voltados ao lazer de finais de semana que as transformaram em novas configurações urbanas do tipo loteamentos e condomínios particulares. Apesar da maior parte desses condomínios serem providos de uma infraestrutura destinada ao lazer, eles são de natureza particular voltada para um público restrito de classe média e alta. Além da necessidade de se contemplar a contextualização local de cada região administrativa do município de Camaragibe, a criação dos espaços públicos de lazer pondera aspectos de naturezas distintas que devem ser consideradas. Por isso, além desse breve diagnóstico, esse capítulo abordará os aspectos ligados à legislação vigente, aos parâmetros pertinentes disponíveis na bibliografia e às demandas dos munícipes. A implantação e a disponibilidade dos equipamentos de lazer geralmente são decorrentes da necessidade dos mesmos em determinado local, pela legislação em vigor ou ainda pela existência de planos e reivindicações populares.

4.1. Aspectos Legais

A lei federal n. 6.766, de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, defini equipamentos urbanos comunitários como “equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares” (art. 4º parág. 2º). Complementando essa definição, a NBR 9284 conceitua-os como todos aqueles bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante

autorização do poder público em espaços públicos ou privados. (NBR 9284, 1986, p. 1)

Com relação ao planejamento para alocação de equipamentos urbanos comunitários, a lei federal n. 6.766, de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, discorre sobre áreas a serem reservadas para a implantação de equipamentos urbanos comunitários. De acordo com a referida lei, os equipamentos deveriam equivaler 35% de área pública a ser destinada quando elaborado o projeto de loteamento de uma gleba.

No art. 4º da lei n. 9.785/99 ficou determinado os equipamentos básicos que cada loteamento deve contemplar:

- Áreas destinadas a sistemas de circulação, implantação de equipamento público e comunitário, bem como a espaços livres de uso público.

São considerados comunitários todos os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares. Segundo a lei, essas áreas devem ser proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.

No art. 6º da mesma lei diz que devem ser solicitadas à prefeitura municipal diretrizes para uso do solo, traçados dos lotes, dos sistemas viários, dos espaços livres assim como as áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Ou seja, esses espaços são de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De acordo com a Constituição,

A Lei nº10.257, oficialmente denominada Estatuto da Cidade, regulamenta o capítulo “Política Pública” da Constituição Federal e em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental, seu objetivo é garantir o

planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente (BRASIL, 2001).

O Estatuto da Cidade, dentre outras ações, criou um conjunto de instrumentos voltados para normatização das formas de uso e ocupação do solo, propôs uma nova estratégia de gestão incorporando a participação direta do cidadão em processos de construção da paisagem urbana. Faz parte de suas diretrizes uma política urbana capaz de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, o direito à cidades sustentáveis e o planejamento das cidades. No Art. 2º, inciso I do Estatuto da Cidade, os objetivos da política urbana é oferecer “a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001). Em seu Art. 4º está disposto um conjunto de instrumentos voltados ao desenvolvimento da política urbana, dentre eles a Lei de parcelamento, Lei de uso e ocupação do solo, Lei orgânica, Plano Plurianual e o Plano Diretor. Além das legislações federais e municipais citadas, o Estado de Pernambuco também desenvolveu uma constituição própria que além de tratar de assuntos diversos aborda também das questões desportivas.

A Lei Orgânica dos municípios, segundo às exigências do artigo 29 da Constituição da República, “fixará o âmbito, conteúdo, periodicidade, obediência, condições de aprovação, controle e revisão do Plano Diretor, utilizando, quanto à sua feitura, mecanismos de participação popular em sua elaboração e competência dos órgãos de planejamento” (Constituição do Estado de Pernambuco, 1989, p.85).

Segundo o art. 116 da mesma lei “as terras públicas, situadas no perímetro urbano, quando subutilizadas ou não utilizadas, serão destinadas, prioritariamente, obedecendo o plano diretor do município, ao assentamento de população de baixa renda ou à implantação de equipamentos públicos ou comunitários” (Lei Orgânica do Município de Camaragibe, 2008, p. 79). Além

disso, a presente lei desenvolveu um capítulo específico intitulada Política do Desporto onde no artigo 137 fica determinado ao município:

- Utilizar-se de terreno próprio, cedido ou desapropriado, para o desenvolvimento de programa de construção de centro esportivo, praça de esporte, ginásio, área de lazer e campos de futebol, necessários à demanda do esporte amador nos bairros da cidade;
- Apoiar manifestações espontâneas da comunidade e preservar as áreas por elas utilizadas;
- Ampliar as áreas públicas destinadas a pedestres.

De acordo com a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trata do direito à educação, cultura, ao esporte e ao lazer, diz que “Os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude” Cap. IV, Art. 59, (BRASIL, 1990).

Como já visto, faz parte do processo de criação e implantação de um equipamento público de lazer seguir as diretrizes estabelecidas pela legislação local vigente, que no caso de Camaragibe é discriminado pela lei complementar de nº341/2007, mais conhecido como Plano Diretor. Uma de suas diretrizes gerais visam garantir a “conservação, proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, da paisagem urbana ” além da “criação e o resgate de espaços públicos para uso de lazer e de convívio coletivo” (CAMARAGIBE, 2007, p. 03). Ela também determina a função social da cidade e da propriedade urbana garantindo o acesso dos “espaços públicos de lazer, esporte e cultura para a população que habita ou atua no município” (CAMARAGIBE, 2007, p. 03) e a “conservação e recuperação dos espaços públicos e do ambiente natural para mantê-lo sadio e ecologicamente equilibrado” (CAMARAGIBE, 2007, p. 03). Com relação ao uso e ocupação do território municipal, a lei tem como outra diretriz combater “a deterioração das áreas urbanizadas e dotadas de infraestrutura”, assim como “a poluição e a degradação ambiental” (CAMARAGIBE, 2007, p. 04), sobretudo nas áreas centrais e principais corredores de transportes coletivos.

O Plano Diretor, art.88 afirma que:

O projeto Sistema de Espaços Livres de Lazer e Recreação objetiva oferecer espaços potenciais para o lazer e as atividades recreativas utilizando, de forma sustentável, os espaços naturais de importância ambiental, consoante as seguintes ações:

- Elaborar mapeamento de áreas públicas que tenham características físicas para implantar espaços de lazer e recreação de acordo com as demandas por RPA;
- Criar novas áreas de lazer priorizando os assentamentos populares, garantindo equipamentos que assegurem as normas técnicas de acessibilidade;

Segundo Costa (2010), algumas cidades possuem instrumentos de planejamento que direcionam a quantidade e qualidade destes espaços públicos. No entanto, a maioria dos planos diretores municipais não desenvolveram normas urbanísticas sólidas para implantação de equipamentos urbanos comunitários. Tratam apenas de forma superficial e genérica conceituando-os apenas, sem, contudo, expor critérios quanto ao seu dimensionamento e localização (Dreux, 2004).

A Constituição do Estado de Pernambuco, no art. 145, ressalta que a política urbana deve estar condicionada às funções sociais da cidade, como o direito do cidadão ao acesso à moradia, transporte coletivo, saneamento, energia elétrica, iluminação pública, trabalho, educação, saúde, lazer e segurança, bem como a preservação do patrimônio ambiental e cultural. No Art. 147, a partir de uma iniciativa coletiva, a população tem o direito de apresentar projetos de lei de interesse específico da cidade ou de bairros específicos, mediante a manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado da respectiva zona eleitoral. Essa informação representa mais um importante instrumento favorável à população local mediante a constatação da necessidade de equipamentos de lazer.

No Art. 201, fica incumbido ao Estado estimular as práticas desportivas formais e não-formais, e fomentar as atividades de lazer ativo e contemplativo, atendendo a todas as faixas e áreas de trabalhadores e estudantes, observando:

- Destinação de recursos públicos para promoção prioritária de atividades de lazer, recreação, desporto escolar e não-profissional;

- Incentivo e apoio à construção de instalações desportivas comunitárias, para a prática de todas as atividades previstas neste artigo;
- Garantia, às pessoas portadoras de deficiências, de condições para a prática da educação física, do esporte e lazer, incentivando o esporte não-profissional e as competições esportivas, assim como a prática de esporte nas escolas e espaços públicos.

As políticas públicas para o lazer hoje representam uma demanda social emergente e urgente a ser tratada, discutida e fomentada nas comunidades. O poder público em sua grande maioria, tem se perdido, e até mesmo omissivo, na sua relação com a promoção do lazer para a sociedade, uma vez que a indústria cultural tem se apropriado e ganhado a disputa da ocupação do tempo disponível das pessoas, com produtos atrativos, tecnologicamente avançados e que satisfazem as necessidades mais específicas e particulares. (COSTA, 2003, p. 28).

Portanto, a ausência de definições mais precisas para o planejamento de equipamentos urbanos comunitários, tais instruções técnicas deveriam estar contidas no plano diretor de cada município.

De modo geral, tais legislações apresentam um certo grau, variável, de ausência de definições mais precisas para o planejamento e implantação de equipamentos urbanos comunitários de lazer. O município de Ribeirão Preto em São Paulo, por exemplo, criou o Cadastro Municipal de Espaços Livres Urbanos de Ribeirão Preto organizado com o intuito de sistematizar as informações existentes no âmbito municipal em relação à quantidade, localização, tamanho e nível de implantação desses espaços na cidade e sub-distrito. Os resultados desse trabalho têm beneficiado tanto no caráter técnico-científico quanto no técnico-administrativo, servindo de base para o levantamento de custos de implantação e de manutenção de áreas verdes públicas. Trata-se, portanto, de importante instrumento urbanístico e de planejamento municipal.

4.2. Parâmetros Urbanísticos

Em meados dos anos 70, diferentes documentos trataram não apenas da questão quantitativa de áreas livres por habitante, mas também da acessibilidade dos usuários no que diz respeito a distância entre a moradia e do tipo de equipamento comunitário, assim como de sua função social. Coronio e Muret (1976), por exemplo, se debruçaram a sintetizar os resultados desses documentos categorizando as áreas livres conforme tabela abaixo:

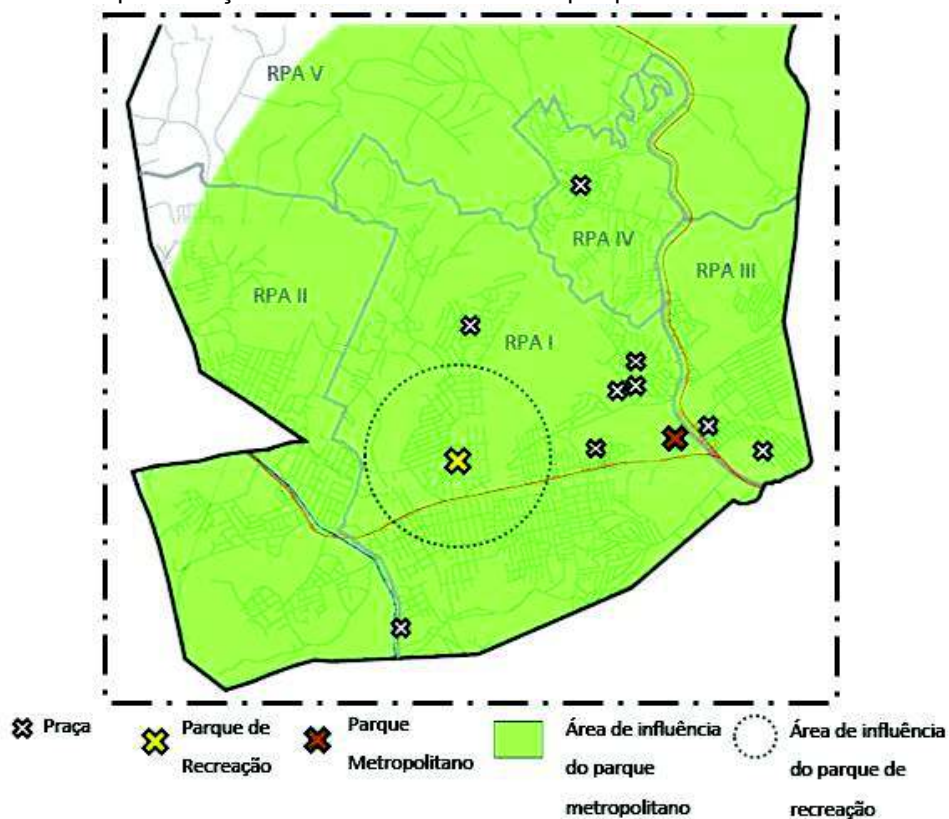
Tabela 01 - Classificação dos espaços verdes segundo o tipo de equipamento e seu raio de influência.

Localização	Tipos de instalações	Raio de influência
Condomínios (200 a 500 unidades)	Área de jogos e brincadeiras infantis Áreas de descanso para idosos Gramados decorativos	30 a 100 m
Vizinhança (1.000 a 1.200 unidades habitacionais)	Parques infantis Áreas de jogos livres Jardins e praças públicas Pistas de caminhada	250 a 300 m
Bairro (4.000 a 5.000 unidades habitacionais)	Jardins públicos Áreas de jogos e de passeios Áreas esportivas Pistas de caminhada Parques de bairro	500 a 800 m
Cidade (cada 500 mil habitantes)	Parques verdes (natureza domesticada) Parques de atrações Equipamentos esportivos polivalentes Jardins botânicos Zoológicos Parques urbanos	800 a 2.000 m
Área metropolitana	Parques metropolitanos (natureza intocada) Hipódromos Áreas de lazer ao ar livre Florestas abertas ao passeio Áreas de camping e caravanning	Acima de 2.000 m

Fonte: Coronio e Muret (1976, p. 78).

Considerando os parâmetros acima e a necessidade atual de Camaragibe, o município comportaria atualmente uma gama variada de equipamentos comunitários como os parques infantis, áreas de jogos livres, jardins e praças públicas, pista de caminhada, áreas esportivas, parques de bairros, equipamentos esportivos polivalentes, etc. Levando-se em consideração os raios de alcance dos parques segundo Kliass e Magnoli (1993), tem-se o parque de recreação Santa Rita de Kássia, abrangendo um raio de 800m, e do parque metropolitano de Camaragibe, com raio de influência de 5km.

Figura 10 - Situação dos parques e praças de Camaragibe. Representação do raio de influência dos parques existentes.



Fonte: Cavalcanti (2005)

O mapa acima, situa todos os parques e praças existentes na região mais adensada de Camaragibe, representada pelas quatro RPA's (RPA I, II, III e IV) do município. A maioria são praças de pequeno porte cujo perfil do usuário é voltado para o público infantil e da terceira idade, compostas por um número pequeno de equipamentos de lazer e mobiliário urbano – balanços, escorrego e bancos de concreto -, espécies arbóreas, grama e área pavimentada.

Figura 71 - Praça Céu Azul, Camaragibe – PE.



Fonte: <<http://www.avozdecamaragibe.com.br/2016/01/prefeitura-revitaliza-mais-tres-pracas-de-Camaragibe.html>>

Essa realidade revela uma contradição visto que, de acordo com o IBGE (2010), cerca de 67,19% da população é composta por jovens e adultos (15 aos 59 anos) e é exatamente essa faixa etária a menos contemplada quando se trata de espaços públicos de lazer no município. Percebe-se uma deficiência quantitativa quanto a espaços de lazer destinados à população jovem e adulta a qual é suprida basicamente pelos dois parques existentes e até mesmo pelos espaços informais, que em sua maioria apresentam-se em condições desfavoráveis à prática de esportes, por exemplo.

Outros autores enriqueceram a legislação e a bibliografia com informações de natureza não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também qualitativo para os diferentes equipamentos urbanos voltados ao lazer. Mascaró (2008), por exemplo, considera alguns outros aspectos para os principais equipamentos públicos de lazer catalogados por ele:

Quadro 02 – Requisitos básicos para implantação de parques públicos urbanos.

Tipo de área verde	Localização preferencial	Distâncias máximas	Área por habitante	Tamanho	Ritmo de utilização
Parque Urbano	Lateral ao tecido urbano	5Km	3 a 5m ² /hab	≥ 10ha	Semanal ou diário
Recreio infantil (0-9 anos)	Dentro do tecido urbano	400m	Dependerá da composição etária da cidade	≥ 600m ²	Conforme necessidade
Recreio juvenil (10-20 anos)	Dentro do tecido urbano	800m		≥ 1000m ²	II
Recreio de adulto e idoso	Dentro do tecido urbano	400m		2 a 3m ² /hab	≥ 500m ²

Fonte: MASCARÓ (2008).

Levando-se em consideração que a população de Camaragibe para no ano de 2010 Camaragibe possuía uma população adulta e idosa de 98.647 pessoas (IBGE, 2010), e que, segundo Mascaró (2008), a área mínima destinada à implantação de espaços públicos voltados para esse público deveria corresponder a 197.294m² (98.647 pessoas x 2m²). Os dois parques juntos representam uma área de aproximadamente de 30.600m², ou seja, Camaragibe atualmente apresenta aproximadamente de 1/6 do mínimo estabelecido por Mascaró (2008), corroborando com o fato de que Camaragibe apresenta um déficit de equipamentos voltados para o lazer, ao menos para esse público dominante na pirâmide etária do município.

Cavalcanti (2005) também categorizou os parques e definiu suas características conforme a tabela a seguir, sugerindo novas classificações e a capacidade que cada parque deve comportar semanalmente.

Tabela 02 - Características principais de acordo com o Sistema de Parques Metropolitanos, de 1987.

Categoria	Área (ha)	Raio* de influência (m)	Capacidade (pessoas p/ semana)
Parque de recreação	0,6	800	750
Parque de vizinhança	3	1.500	3.000
Parque distrital	10	2.500	7.500
Parque municipal	50	5.000	37.500
Parque metropolitano	400 e mais	...	120.000

*O raio de influência considera a distância do parque até a habitação.

Fonte: CAVALCANTI (2005).

Guimarães (2004), Gouvêa (2003), Ferrari (1977), Santos (1988) destacam-se dentre os autores que tratam de metodologias de determinação da capacidade dos raios de abrangência e acessibilidade dos equipamentos comunitários os quais discorrem que o dimensionamento de tais serviços deve ser calculado em função do índice de metro quadrado (m²) de construção, do número de usuário/habitante do entorno, da distância a ser percorrida a pé e facilidade de deslocamento por transporte coletivo (Batista et al., 2011).

4.3. Demandas da população

Em relação aos espaços urbanos, Magnani (2002) já observava a ausência de atores que representassem a sociedade civil. Ainda se tem a cidade como produto concebido à parte de seus moradores, resultado de forças econômicas diversas, do setor imobiliário e das elites locais, dominado por um cenário escasso de atividades, pontos de encontro ou qualquer outro tipo de instrumento de sociabilidade. Os atores sociais considerados são aqueles que dominam o capital ou as leis, enquanto os demais, moradores em sua maioria, quase não protagonizam e quando o fazem é na qualidade de agentes passivos, ou seja, receptores de uma ação, geralmente de iniciativa governamental, isento da oportunidade de participação.

Nesta pesquisa, considera-se a população local como um dos principais atores pois os mesmos desempenham importante papel na organização das

idades, na medida em que grande parcela das atividades cotidianas da população são realizadas nos espaços públicos como ruas, praças, parques, etc. Levar em consideração a opinião dos usuários é uma das premissas da Gestão Participativa, que dentre outros objetivos busca atrair a população a fim de mostrar importância e utilidade do espaço que, a partir disso, passaria a defender o espaço de eventuais depredações, da especulação imobiliária e de possíveis invasões com mais veemência. Além disso, a incorporação dos moradores e suas práticas no processo permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além da perspectiva do poder.

Em projetos que demandam pequenas intervenções no espaço público uma entrevista com os usuários para identificar as impressões, expectativas, problemas e necessidades da população pode ser o suficiente. No caso de um equipamento de lazer como o parque público, que envolve alterações substanciais no cotidiano dos usuários, e até mesmo do bairro/cidade, a metodologia exige análises mais precisas e consistentes. Para isso é preciso que as informações adquiridas em campo estejam disponíveis ao pesquisador seja em formato virtual ou físico, como questionários, gravações, fotografias.

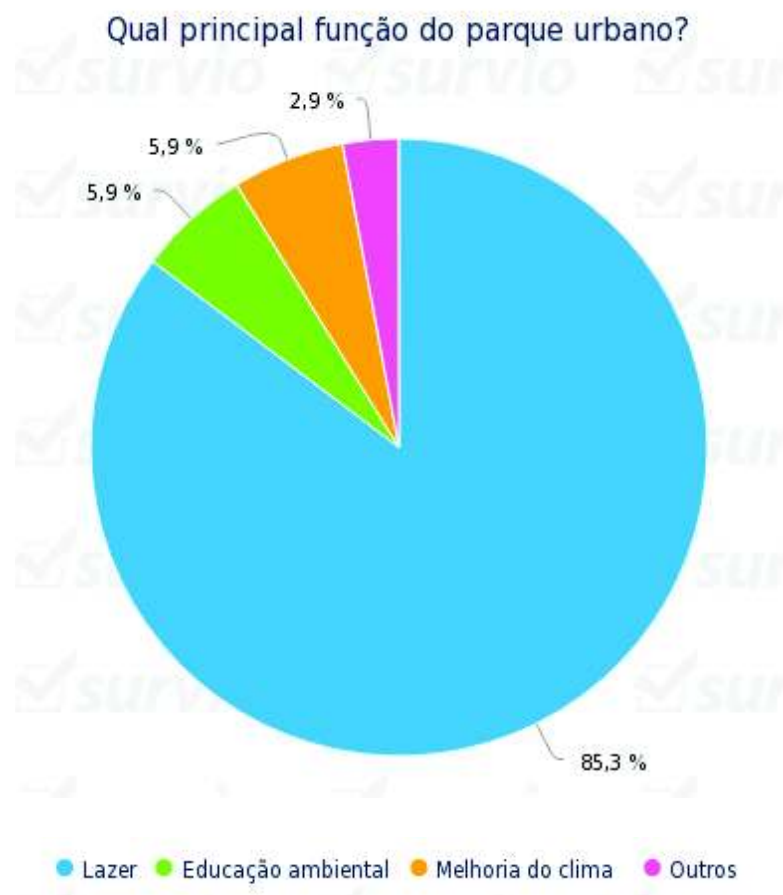
Com o intuito de analisar e medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes dos munícipes acerca dos espaços públicos de lazer no município, nessa pesquisa foi utilizado o método de pesquisa quantitativa, mais especificamente através da aplicação de questionário semi-estruturado, ou seja, composto por questões fechadas tipo múltipla escolha (ver Apêndice 1).

Após breve apresentação sobre as intenções da pesquisa, as questões propriamente ditas do questionário foram enviadas/disponibilizadas na internet. As questões foram pensadas de forma que fossem claras e objetivas, evitando interpretações equivocadas ou explicações adicionais do pesquisador que porventura pudessem vir interferir no resultado final. A aplicação foi realizada por meio de questionário online, enviados via email, aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp) e disponível em rede social (Facebook) para os moradores de Camaragibe. A pesquisa foi realizada com 34 pessoas durante o mês de maio de 2017. O número total de moradores que participaram do questionário foi abaixo do esperado. Num contexto onde tudo gira em torno da tecnologia e dos meios digitais, supõe-se que o número reduzido de participantes

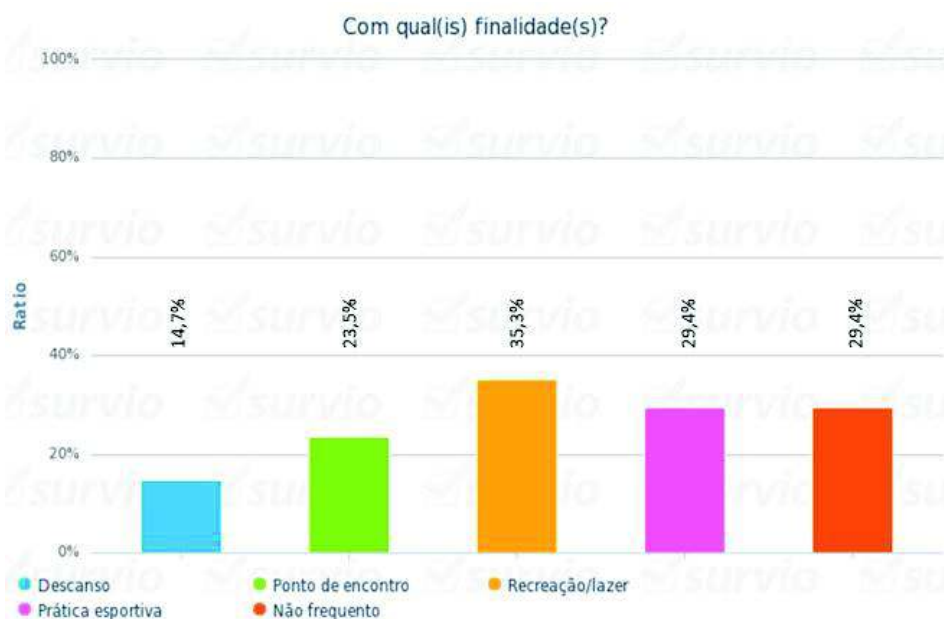
se deve à reduzida disposição da comunidade em responder o questionário. Os dados coletados foram sintetizados em forma de gráficos.

As primeiras questões buscaram sintetizar o perfil dos entrevistados e as questões seguintes estão ligadas diretamente ao tema dessa pesquisa. Algumas dessas questões visam registrar sobre algumas percepções que a população tem com relação a um parque urbano e suas funções. Assim, a questão 6 do questionário (Gráfico 01) foi proposta para tal e 85,3% dos entrevistados entendem que o parque tem como principal atribuição o lazer, inclusive porque na questão 10 (Gráfico 02) a maior motivação para uso dos parques está relacionada à recreação/lazer (35,3%) e em seguida com a prática de esportes (29,4%). Esse dado possui grande valor principalmente quando se for dar início ao processo de concepção projetual dos espaços, direcionando assim um programa que atenda a essa percepção, por exemplo.

Gráfico 01 – Gráfico representando o resultado da questão 6 do questionário aplicado.

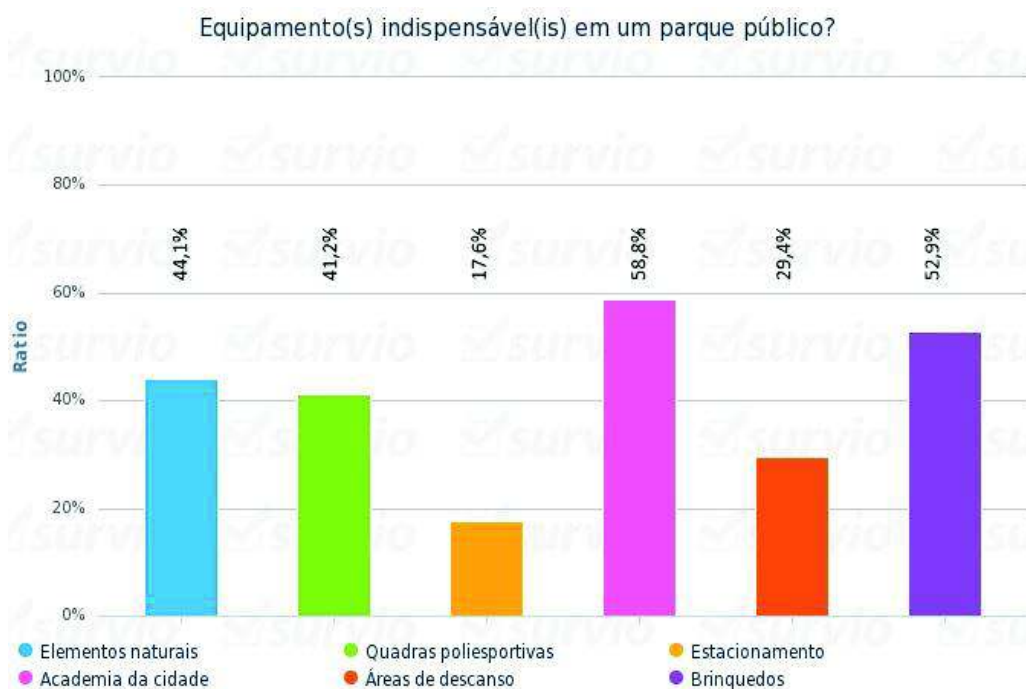


Fonte: SURVIO (2017).

Gráfico 02 – Gráfico representando o resultado da questão 10 do questionário aplicado.

Fonte: SURVIO (2017).

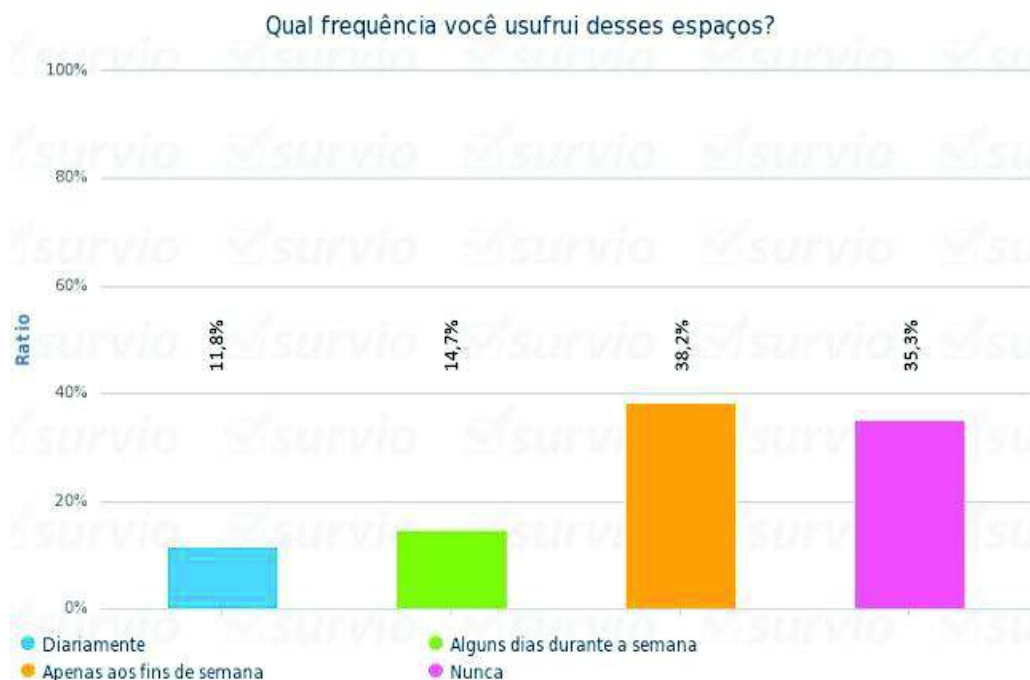
A questão 10A questão 12 (Gráfico 3) corrobora para esta afirmativa, visto que 41,2% das pessoas desejam parques urbanos com quadras poliesportivas, 58,8% gostariam de academias da cidade e 52,9% acham que brinquedos são essenciais nos parques. Tais equipamentos convergem para o mesmo objetivo que é proporcionar lazer.

Gráfico 03 – Gráfico representando o resultado da questão 12 do questionário aplicado.

Fonte: SURVIO (2017).

Outro dado importante obtido foi com relação a frequência que os munícipes vão ao parque, seja no próprio município ou fora. A questão 8 revela que aproximadamente 38,2% (Gráfico 4) dos entrevistados que frequentam o espaço durante os fins de semana, enquanto 35,3% sequer vão ao parque. A questão 11 possui um forte indício desses números: 76,5% (Gráfico 5) julgam a distância a maior causa desmotivadora.

Gráfico 04 – Gráfico representando o resultado da questão 8 do questionário aplicado.



Fonte: SURVIO (2017).

Gráfico 05 – Gráfico representando o resultado da questão 11 do questionário aplicado.



Fonte: SURVIO (2017).

Ainda a partir da tabulação dos resultados coletados no questionário aplicado para os moradores constatou-se na questão 13 (Gráfico 6) que 91,2% dos entrevistados foram categóricos em afirmar que Camaragibe não possui parques públicos suficientes que atendam o município no que diz respeito ao lazer/recreação. A última questão do questionário pede que os entrevistados sugiram bairros potenciais e carentes de equipamentos comunitários voltados ao lazer, mais especificamente um parque urbano. Em sua maioria indicaram os bairros localizados na RPA II.

Gráfico 06 – Gráfico representando o resultado da questão 13 do questionário aplicado.



Fonte: SURVIO (2017).

A aplicação do questionário representou um importante instrumento de aproximação entre a percepção das pessoas com relação ao tema e o verdadeiro objeto de estudo: o município de Camaragibe e seus parques urbanos como área de lazer. Para o pesquisador, as respostas obtidas revelaram que a área de estudo é muito maior que a área do urbanismo, expandindo-se através de um campo interdisciplinar que envolve a psicologia, antropologia, economia, entre outros, na busca de compreender essa relação entre as pessoas e suas necessidades dentro de um recorte temporal e espacial.

5. PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UM PARQUE PÚBLICO EM CAMARAGIBE

O planejamento para implantação de um parque urbano não restringe-se apenas ao projeto propriamente dito mas também à leitura da dinâmica local e da vida cotidiana dos usuários. O diagnóstico, realizado no capítulo anterior, corresponde ao procedimento a ser realizado, apresentando os prós e contras de cada região do município – que para efeito dessa pesquisa foi adotada como região as RPA'S - que norteará a atuação do poder público com relação àquela área específica no que diz respeito a, por exemplo, necessidade de novas áreas verdes, equipamentos públicos ou requalificação urbana, entre outros. Juntamente com o diagnóstico, as pesquisas acerca dos aspectos legais, dos parâmetros urbanísticos e das demandas da população darão os subsídios mínimos necessários para uma proposta de implantação de um parque urbano no município de Camaragibe.

5.1. RPAs II, IV e V de Camaragibe como espaços potenciais

Ao tratar de sustentabilidade de bairros ou regiões é inevitável considerar o planejamento dos equipamentos urbanos pois um dos pilares da sustentabilidade urbana é gerado a partir dos equipamentos urbanos comunitários acessíveis. Isso acontece à medida que os espaços urbanos são dotados de certa autonomia, minimizando assim os grandes deslocamentos e incentivando as interações socioespaciais locais. A acessibilidade ao equipamento urbano corresponde a um medidor do grau de proximidade, em termos de localização, de que esse equipamento está de sua demanda ou usuário. Para isso devem ser analisados quais são os meios de deslocamento do usuário até esse equipamento, por exemplo: é acessível a pé, é acessível por transporte público, é acessível por ciclovias, é acessível por vias urbanas coletoras, etc.

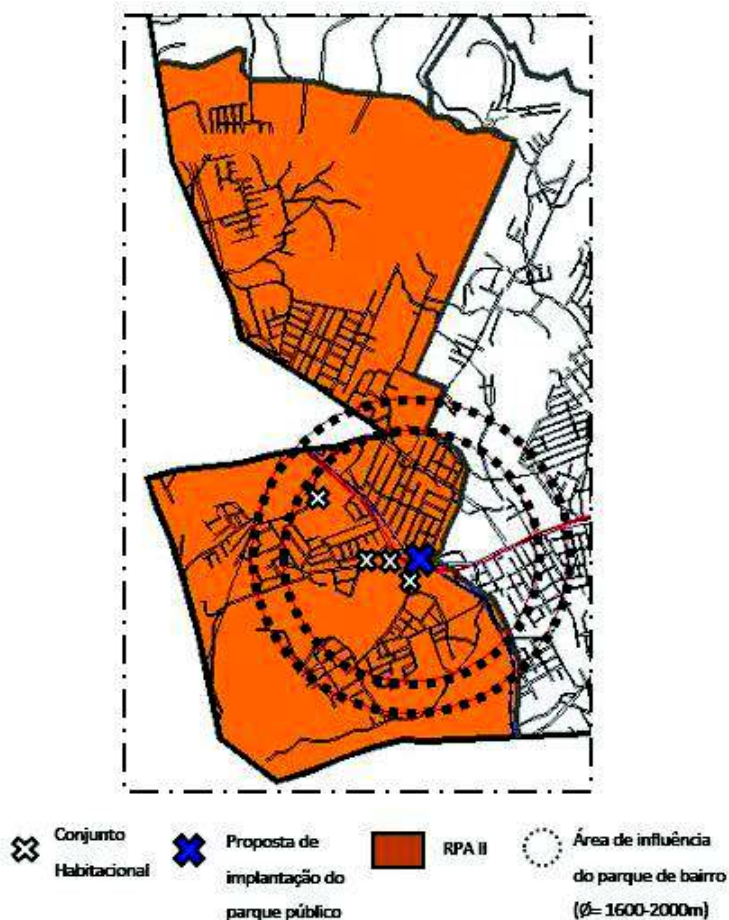
Na pesquisa realizada com os munícipes ficou claro que o quesito distância representa um dos principais agravantes deles não utilizarem o parque público mais próximo. A RPA II foi a região que mais ressaltou esse problema, além disso, ela atende pré-requisitos importantes e oferece condições favoráveis para tal, como ter uma malha urbana estabelecida e com perspectivas de

crescimento, uma via principal (PE-05) cortando seu território. De toda a região, o bairro de Alberto Maia foi o mais indicada pelos moradores para implantação do futuro parque urbano.

O Guia de Sustentabilidade da Caixa Econômica Federal (2010) ressalta que os equipamentos urbanos são desejáveis nas adjacências de empreendimentos habitacionais visto que um dos critérios de avaliação da qualidade do entorno para habitações, segundo o guia, diz respeito à existência e distância de equipamentos urbanos comunitários de saúde, lazer e educação.

Ao longo dessa pesquisa, a RPA II mostrou-se como a área com maior potencial para a implantação do equipamento de lazer, mais especificamente um parque público. A partir disso, a escolha do terreno (Figura 12) para a implantação do parque ocorreu em virtude de duas grandes motivações: uma que o terreno é uma propriedade importante histórica e geograficamente falando e encontra-se atualmente subutilizado. Segundo o art. 116 da Lei Orgânica do Município de Camaragibe, “as terras públicas, situadas no perímetro urbano, quando subutilizadas ou não utilizadas, serão destinadas, prioritariamente, obedecendo o plano diretor do município, ao assentamento de população de baixa renda ou à implantação de equipamentos públicos ou comunitários” (Lei Orgânica do Município de Camaragibe, 2008, p. 79).

Figura 12 – Local proposto para implantação do parque de bairro segundo Coronio e Muret.



Fonte: Prefeitura de Camaragibe (2016).

Organização: Rozane Evangelista Ramalho (2017).

A outra motivação é que o terreno já possui uma proposta para as ruínas da antiga estação, então a ideia desse trabalho é aliar as propostas e dar continuidade ao uso desportivo que se encontra no entorno dessa edificação.

Figura 13 – Quadra esportiva existente no terreno proposto.



Fonte: Google (2017).

De acordo com a Lei Federal nº 11.483/2007, o patrimônio não operacional da RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima) está sob gestão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sendo assim, a Fundação de Cultura de Camaragibe propôs ao Iphan a revitalização das ruínas do pátio ferroviário da antiga estação de trem da cidade, inaugurado em 1908, com o intuito de implantar um centro cultural. Visando a necessidade da população e da potencialidade do local a proposta é criar um empreendimento multiuso aliando a cultura ao lazer num único espaço.

Já as RPA's IV e V apresentam outros argumentos para a implantação do parque em suas respectivas regiões. A **RPA IV** apresenta uma grande demanda por espaços de lazer sobretudo por dois motivos: pela elevada densidade demográfica e pelo índice de pobreza. Mesmo possuindo uma extensão territorial muito pequena, a região compreende basicamente o terceiro bairro mais populoso do município.

Figura 14 – Quadra esportiva existente no terreno proposto.



Fonte: Censo (2010).

De modo geral, o lazer tem sido muito explorado de modo a gerar lucros e diversão, sem qualquer preocupação com o desenvolvimento do ser humano na busca de valores importantes e melhoria da qualidade de vida. Esta situação é provocada especialmente pela indústria cultural do lazer, porém esse é um ramo mercadológico que na maioria das vezes não considera a população dos bairros de baixa renda como público consumidor de lazer em potencial. No caso da **RPA V**, é notório a presença de equipamentos destinados ao lazer. No entanto, seu acesso limitado e até mesmo exclusivo, na maioria dos casos, desconsidera a grande parte dos cidadãos locais, como por exemplo as diversificadas áreas de lazer do condomínios fechados, de uso exclusivo dos moradores, e os grandes clubes de acesso controlado mediante pagamento ou filiação. Diante desse

quadro de segregação social, conclui-se que a RPA V caracteriza-se como uma grande área em potencial para receber empreendimentos públicos voltados para o lazer da população, não só imediata como de todo município.

5.2. Diretrizes e procedimentos metodológicos projetuais

Partindo-se da afirmativa de que, atualmente, a qualidade de vida de uma cidade é medida pela dimensão da vida coletiva que ocorre nos espaços públicos, torna-se importante o desenvolvimento e aplicação de diretrizes e procedimentos que venham potencializar os espaços públicos como tal.

A fim de evitar a desproporção de recursos destinados aos serviços públicos nos diferentes locais da cidade e tornar a implantação de equipamentos urbanos comunitários mais eficiente em termos de cobertura da população e valorização do espaço urbano, faz-se necessário primeiramente um planejamento criterioso na implantação desses equipamentos. Não se trata apenas de um excelente projeto ou de uma boa execução técnica, antes, é preciso entender a dinâmica do local e seu entorno, a vida das pessoas e seu cotidiano a fim de atenderem ao máximo as necessidades e os anseios dos seus usuários nos aspectos físicos, sociais, econômicos e culturais.

Essa etapa da pesquisa visa apresentar soluções e diretrizes ainda na etapa pré-conceitual do parque público como vetores maximizadores do bom êxito pós-ocupacional do espaço. Para auxiliar esse item da pesquisa, serão consideradas as diretrizes do programa Soluções para Cidades desenvolvido pela ABCP – Associação Brasileira de Cimento Portland. O programa tem como premissa acelerar e qualificar o desenvolvimento urbano nas áreas de Habitação, Saneamento, Mobilidade e Espaços Públicos. O programa considera as seguintes etapas pré-projetuais:

Análise do entorno

Esta é uma etapa primordial para o desenvolvimento do parque público. Ela contempla a identificação de todas as possíveis interferências que venham impactar o novo espaço, seja elas positiva ou negativamente, para isso, faz-se necessário o levantamento dos pontos de interesse do entorno. Um desses pontos de interesse são os pontos focais (edificações, lugares ou paisagens) que

precisam ser considerados no novo espaço a ser criado pois são eles que podem direcionar o projeto. Do ponto mais alto do terreno é possível avistar a mata do Jocum, reserva de mata atlântica localizado no bairro vizinho, em Santa Mônica (Figura 13).

Os equipamentos significativos (escolas, bens tombados...) localizados no entorno também são necessários para a definição do programa. A presença de conjuntos habitacionais, por exemplo, indica que na via que separa os condomínios do parque deve garantir a travessia segura dos pedestres através da sinalização de trânsito.

É necessário considerar os fluxos e deslocamentos realizados em torno do terreno de modo que haja a da correta setorização das atividades e implantação do programa. Compreender o traçado dos deslocamentos de pessoas e veículos e adequar isto ao projeto permite que as relações existentes dos usuários com o local sejam respeitadas.

Pontos de acúmulo de lixo, com problemas de segurança, iluminação deficiente, campo visual limitado, por exemplo são pontos importantes a serem detectados e que devem ser minimizados.

No levantamento da área envoltória são identificadas desde as apropriações do espaço público por atividades ocasionais até as apropriações por equipamentos que geram usos. A presença de pessoas exercendo atividades específicas também é uma importante diretriz projetual. Esporadicamente funciona no terreno barzinhos ambulantes, isso pode fomentar a criação de espaços que possam absorver este uso com conforto e segurança, sem obstruir calçadas e vias públicas.

Análise do terreno

Finalizada a etapa de análise do entorno, inicia-se a avaliação minuciosa de todos os aspectos relevantes que recaem sobre a área a ser projetada. É durante essa avaliação que serão descritas características existentes que, assim como o entorno, definirá o desenvolvimento projetual e aumentará significativamente a melhoria da qualidade de vida das áreas próximas e sua melhor inserção na malha urbana.

Assim como no entorno, a análise de fluxos, deslocamentos e estruturas existentes (pisos, mobiliários, edificações, etc) também é necessária no terreno propriamente dito.

O levantamento topográfico planialtimétrico representa a base para o início do projeto básico. Realizado por profissional e equipamento especializados, ele deve fornecer a representação fiel do terreno e de todos os elementos existentes. Com esse material em mãos, é possível a remodelação topográfica do terreno caso seja necessário para melhorar a acessibilidade do usuário, por exemplo.

Outra importante etapa é a localização da cobertura vegetal, que pode ser realizada pelo próprio topógrafo e sua identificação, por um engenheiro agrônomo, botânico ou paisagista, capazes de fornecer as condições fitossanitárias, o DAP (Diâmetro na Altura do Peito) de cada espécie e as diretrizes de possíveis supressão e recomposição vegetal. Além disso, a identificação das espécies é necessária a adequada relação entre o espaço construído e espaço natural, por exemplo, como escolher a planta ideal a ser locada próximo a uma edificação, considerando-se sua raiz, seu porte e sua velocidade de crescimento.

A sondagem do solo também não pode ser negligenciada pois ela representa um procedimento de segurança para o projeto, sobretudo se no projeto pretende-se receber estruturas como escadarias, edificações e até mesmo muros de contenção. São esses testes de sondagem do solo que vão dimensionar de forma segura e adequada as estruturas a serem construídas.

Processo participativo

Compreender as necessidades da população local é tão importante quanto avaliar o entorno e as especificidades do terreno. É preciso identificar os anseios da população para que o projeto atenda ao máximo às demandas locais e possa dar condições favoráveis à apropriação do espaço. Esse processo varia de metodologia de acordo com o porte do projeto e do tempo disponível para seu desenvolvimento.

Os instrumentos utilizados para esta etapa podem ser as entrevistas, oficinas participativas, audiências públicas ou um canal específico de comunicação. No

caso do parque público, o questionário foi o instrumento mais indicado em virtude do porte da intervenção.

Definição do programa

Após a análise do entorno, do terreno e a identificação das necessidades da população local, o próximo passo a seguir é definir o programa a ser desenvolvido, a base do projeto inicial. O programa defini quais espaços/equipamentos o parque precisa ter para que atenda às demandas da população. Na maioria dos casos de espaços públicos, os programas muitas vezes já são predefinidos de acordo com a necessidade e orçamento de cada município, mas isso não significa que ele é imutável, pelo contrário, mediante alguma outra necessidade o projeto deve ser adaptado.

O programa divide-se em três principais itens que são: as atividades a serem desenvolvidas (definição dos usos do parque público), os equipamentos necessários (essencial para a realização de cada atividade prevista para o espaço) e as edificações de apoio.

Setorização de atividades

Em seguida, a setorização de atividades é a etapa que definirá onde cada atividade será realizada e qual seu dimensionamento prévio. Essa também é uma etapa que deve ser baseada nas relações estabelecidas com os condicionantes físicos e sócio-culturais. É importante avaliar a validade do vínculo existente entre as atividades e os espaços que porventura já estejam pré-estabelecidos involuntariamente pelos usuários antes mesmo do projeto. A setorização deve abranger as seguintes atividades:

Áreas de piso para a circulação, acessos, lazer contemplativo (estar e convívio), ativo (atividades recreativas e esportivas), estacionamento e as áreas de jardim, como os canteiros, que receberão as espécies vegetais segundo sua função (delimitar acessos, garantir sombras, definir texturas, cores e volumes...) e os planos de massas (etapa que antecede o plantio das espécies segundo suas especificações).

Projeto básico

A etapa dos projetos propriamente dita pode ser seguida a partir de todas as informações obtidas anteriormente e que serão impressas no projeto do parque.

A primeira etapa compreende a remodelação topográfica que a partir da setorização das atividades movimentará o solo em função da adequação do terreno às atividades. Por exemplo, o terreno selecionado no bairro de Alberto Maia para receber o parque público demandará uma sucessão de remodelações, visto que o terreno atualmente possui topografia acidentada e provavelmente precisará de escadarias, muros de arrimos, por exemplo. O projeto de remodelação topográfica é o subsídio para o desenvolvimento do projeto de terraplenagem, onde este sim, definirá as quantidades necessárias de remoção e adição de terra.

Posteriormente será definido a localização do mobiliário urbano, também predefinidas segundo a setorização de atividades. A localização do mobiliário compreende mais do que apenas implantá-lo no projeto, ele definirá a relação entre o usuário e o espaço visto que o mobiliário representa um dos elementos que podem gerar formas de apropriação do espaço.

Na etapa de diferenciação e paginação de pisos a escolha dos mesmos deve considerar aspectos como tipo de uso, intensidade de fluxos, necessidade ou não de drenagem superficial e o perfil estético. Setorização de atividades, as áreas de pisos foram delimitadas e agora a diferenciação dos planos pode ser elementos de partido.

Projetos específicos e complementares

Compreende os projetos específicos e complementares os projetos que tiveram subsídio na fase do projeto básico são eles:

Terraplenagem (produto gerado pelo levantamento topográfico e remodelação topográfica, deve apresentar o cálculo de cortes e aterros necessários);

Drenagem (podendo-se utilizar uma solução única ou múltipla, a escolha deve estar em função do cálculo de vazão das águas pluviais);

Estrutura (dependerá de cada caso, mas de modo geral, elementos como muros de arrimo e contenção, escadas e edificações são obrigatórios possuírem projeto estrutural específico, com dimensionamento e cálculo das cargas sofridas e das armações necessárias);

Paisagismo e dimensionamento das espécies (esta fase já não está completamente interligada ao projeto arquitetônico e urbanístico, mas sim ao projeto executivo de paisagismo que se responsabiliza pela escolha das espécies, o dimensionamento das mudas, da terra e da adubação necessária. Para tal, deve-se levar em consideração o clima, solo, entorno imediato das espécies. Indica-se a especificação de espécies nativas, de forma que possam ter bom desenvolvimento, fácil manutenção e bom desempenho ao longo ano);

Mobiliário urbano (objetiva a melhoria do conforto e permanência das pessoas no local. Eles não devem atuar como barreira para as áreas de circulação nem devem induzir a passagem de pessoas/veículos em lugares indesejáveis, de preferência devem facilitar a manutenção e execução, garantir conforto e adequação bioclimática);

Iluminação (quando adequada transmite segurança e evita o uso de soluções remediadoras de segurança, como as grades, câmeras de segurança e policiamento. Ela se subdivide em iluminação das vias adjacentes ao terreno, caso a iluminação pública não seja suficiente, a iluminação dos ambientes internos, através de postes mais baixos, abaixo das copas das árvores, e iluminação direcionada, feita com o uso de balizadores, embutidos, etc. O projeto executivo localiza os pontos de luz e seus raios de abrangência, o dimensionamento e quantidade de eletrodutos, caixas e fiação, entre outras coisas.);

E por último, sinalização e comunicação visual (muitas vezes subestimada, esse tipo de projeto é fundamental para a criação de uma identidade no parque público, além de garantir uma boa orientação ao usuário e conseqüentemente um bom uso dos espaços. Quanto maior a escala, complexidade e área do espaço, maior sua necessidade. Categoriza-se em sinalização para pedestre, sinalização para ciclista, sinalização para automóvel e sinalização turística e cultural).

As etapas tratadas anteriormente correspondem a fase do diagnóstico e dos procedimentos vinculados diretamente com a fase projetual propriamente dito indispensáveis para o resultado final satisfatório e duradouro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente a realização desta pesquisa permitiu a aproximação do tema tanto ao meio acadêmico quanto ao meio social. A intenção era contribuir com a expansão do conhecimento relacionado aos parques urbanos e seu processo de implantação, assim como suas funções e benefícios quando inseridos no meio urbano.

Sabe-se que a partir da vinda da mão de obra para os centros urbanos no início do século XIX surgiram novas necessidades ambientais e sociais. Elas demandavam uma solução para a quebra da rotina de trabalho desgastante e degradação do meio ambiente em virtude da presença das industriais e aglomerados habitacionais que cresciam sem nenhum tipo de controle. As cidades desde sua origem têm crescido em função da economia e não para as pessoas, por isso, espaços destinados ao uso comum, público e gratuito tendem a perder cada vez mais espaço no planejamento urbano de nossas cidades.

A evolução do parque urbano nos séculos XIX e XX permitiu acompanharmos as mudanças urbanísticas das cidades, configurando-o em um importante testemunho dinâmico dos valores sociais e culturais das gerações que por eles passaram. A partir da revisão e discussão do processo histórico, a pesquisa focou o parque urbano dentro de sua temática mais atual, o modelo contemporâneo, caracterizado pelos novos papéis, usos e funções cada vez mais importantes e essenciais para as cidades.

O planejamento de equipamentos urbanos comunitários normalmente é atribuído ao poder público, em geral, com a finalidade de proporcionar o bem-estar à população, o ordenamento do território e aumentar a competitividade regional. Mas a constatação da carência desses espaços refere-se ao grau de importância que ela tem em relação à definição de políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal. Isto porque para o governo o estabelecimento de políticas para setores como trabalho e saúde são mais urgentes do que para o esporte e ou lazer.

Além disso, pesquisa verificou que no Brasil, a realidade do planejamento dos parques urbanos aponta uma falta de critérios na sua implantação e locação.

Assim, o que se observa na prática é que os planos diretores muitas vezes documentos inspirados de outros planos diretores de outras cidades, pouco definem com relação à realidade local para implantação de equipamentos urbanos comunitários, proporcionando uma falta de compreensão da realidade local, pelo poder público municipal, para responder às demandas por infraestrutura, serviços e equipamentos públicos.

Os parques urbanos são importantes equipamentos de preservação ambiental e manutenção da sociabilidade, contudo, são muitos os desafios a serem sanados porém talvez o mais desafiador, seja construir alianças governamentais participativos entre os atores sociais, tendo em vista a efetivação das instâncias de participação e a democratização das ações de gestão de parques urbanos. São diretrizes para tal situação a criação e o fortalecimento de ações dos conselhos gestores nessas áreas e a elaborar programas de incentivo junto às associações comunitárias.

Os parques diante das condições nocivas à qualidade de vida humana e degradação do meio ambiente típicas dos espaços urbanos, se apresentam como uma alternativa conciliadora, criando um ambiente sustentável tanto do ponto de vista social quanto ambiental.

A expectativa é que o trabalho desenvolvido sirva como incentivo para futuros estudos sobre os parques urbanos em Camaragibe e como esses espaços são capazes de transmitir efeitos colaterais positivos na cidade, como estrutura urbana, e na população local. Que haja estímulo para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à criação e implantação de parques nas cidades brasileiras, atenuando maiores definições no amplo campo interdisciplinar sobre os espaços livres públicos, sejam eles de lazer ou qualquer outra variante. Que projetar parques urbanos não represente um desafio, mas sim uma solução para a atual geração.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREATA, Verena; CHIAVARI, Maria Pace; REGO, Helena. **O Rio de Janeiro e a sua orla: história, projetos e identidade carioca.** – Rio de Janeiro, RJ. 2009. SMU/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (1986). NBR 9284: Equipamento Urbano: classificação. Rio de Janeiro.

BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia; SOUZA, Maria Angela de Almeida; LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. **Região Metropolitana do Recife no Contexto de Pernambuco no Censo 2010** – Observatório das Metrôpoles, 2010.

BRASIL. Ministério das Cidades (2010). O Estatuto da Cidade Comentado. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/>. Acesso em: 13 maio 2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (2010). **Boas práticas para habitação mais sustentável.** São Paulo, Páginas & Letras.

CAVALCANTI, M. J. M. **Parques Metropolitanos: gestão e proteção de áreas especiais.** 2005. 255 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, 2005. Disponível em: <http://www.btdt.ufpe.br/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=658> Acesso em: 30 outubro de 2016.

CORONIO, Guy; MURET, Jean-Pierre. **Loisirs: guide pratique dès équipements.** Paris: CRU, 1976.

COSTA, C. S. **Áreas Verdes: um elemento chave para a sustentabilidade urbana. A abordagem do projeto Greenkeys.** Arqutextos, São Paulo, 11.126, Vitruvius, nov 2010. Disponível em: . Acesso em: 22 mar. 2017.

COSTA, R. G. **Políticas públicas de lazer na cidade de Catalão (GO): A configuração do espaço.** UFG: Departamento de Educação Física, 2003.

DA SILVA, ELTON PEREIRA. **Análise socioespacial do parque Camaragibe e da praça Coimbral, Camaragibe – PE: Nexos entre lazer, espaços livres públicos, violência e medo.** 2012. Disponível em <urbanoshttps://www.ufpe.br/posgeografia/images/documentos/2012_elton_pereira_da_silva.pdf> Acesso em 31 de outubro de 2016.

DE MATOS, Fátima Loureiro. **Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades - o caso da cidade Porto.** OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.2, n.4, p.17-33, julho, 2010.

DEL PICCHIA, P.C.D. **Histórico do ordenamento da paisagem.** In: SANTOS, D. G; NUCCI, J. C. (Org.). Paisagens geográficas: Um tributo a Felisberto Cavalheiro. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2009. Cap. 2, p. 18-49.

DIAS, Fabiano. **O desafio do espaço público nas cidades do século XXI.** Arqutextos, São Paulo, 06.601, Vitruvius, jun 2005. Disponível em: . Acesso em: 23 mar. 2017.

DREUX, V. (2004). **Uma avaliação da legislação urbanística na provisão de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer em conjuntos habitacionais**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FERRARI, C. (1977). **Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo**. São Paulo, Pioneira.

GOUVÊA, L. A. (2008). **Cidade Vida: curso de desenho ambiental urbano**. São Paulo, Nobel

GUIMARÃES, P. P. (2004). **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização**. São Paulo, ProLivros.

HASSLER, M.L. **A natureza na cidade: uma abordagem a partir da percepção da população acerca do Jardim Botânico de Curitiba (PR)**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v.35, n.18, p.79-96, 2006.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e desenho da cidade**. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LAURIE, Michael. **Introducción a la arquitectura del paisaje**. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

LEÃO, Izabel. **Praças e parques cem anos de evolução – São Paulo, SP**. 1998. Publicado em: Jornal da USP em 20 de Setembro de 1998. Disponível em <<http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/21866/pracas-parques-cem-anos-evolucao/>>. Acesso em 29 de outubro de 2016.

LIMA, A. M. L. P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUZA, M.A.L.B.; FIALHO, N.O ; DEL PICCHIA, P. C. D. **Problemas de utilização na Conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos**. In: Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana, 2, São Luiz/MA, 1994. Anais. p. 539-550.

MACEDO, S.S.; CUSTÓDIO, V.; QUEIROGA, E.; ROBBA, F.; GALENDER, F.; DECREAS, H. **Os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera de vida pública- considerações preliminares**. s/d. Disponível em <agal2009.easyplanners.info/area05/5156_CUSTODIO_Vanderli.doc> Acesso em 14 de novembro de 2016.

MAGNOLI, M. M. **Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. 1982. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MENEZES, Maria Lucia Pires. **A cidade e o rio, o rio e a cidade espaços para o público – Porto Alegre, RS**. 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NEVES, Fernando Henrique. **Planejamento de equipamentos urbanos comunitários de educação: algumas reflexões.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 503-516. 2015.

Projeto orla: fundamentos para gestão integrada / Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. – Brasília: MMA, 2006

QUEIROGA, Eugenio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. **Paisagem Ambiente: ensaios.** Nº 24, p. 81-88. São Paulo, 2007.

SANTOS, C. N. F. (1988). **A cidade como um jogo de cartas.** São Paulo, Projeto Editores.

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos. **Análise da apropriação pelos usuários de parques urbanos: Estudo de casos na Bacia da Pampulha – Belo Horizonte, MG.** 2007. 114p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa.

TOLEDO, Fabiane dos Santos; SANTOS, Douglas Gomes dos. **ESPAÇO LIVRE DE CONSTRUÇÃO – UM PASSEIO PELOS PARQUES URBANOS.** Piracicaba: REVSBAU, 2012.

8. APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

1. Sexo:

Feminino

Masculino

2. Faixa etária:

0-14 anos

15-64 anos

acima de 65 anos

3. Escolaridade:

Sem instrução/incompleto

Fundamental

Médio

Superior

4. Ocupação atual:

Aposentado

Assalariado

Profissional liberal

Autônomo

Desempregado

Desempregado

Estudante

5. Bairro residente:

Timbi

Flamengo

Aldeia de cima

Santa Mônica

Clara Lopes

São Pedro

Alberto Maia

Cristo Rei

Vale das Pedreiras

Estação Nova

Aldeia

São Paulo

Borralho

Telebrás

Primavera

Celeiro das Alegrias
Futuras

Luzianópolis

Alto da Boa Vista

Araçá

Aldeia de Baixo

Santana

Vera Cruz

Vila da Fábrica

Campo Alegre

Pau-Ferro

Inabi

João Paulo II

Peroba

Nazaré

Céu Azul

Oitenta

Carmelitas

Jardim Paulo Afonso

Chácara Morumbi

Pe. Cícero

São João e São Paulo

Chácara Petrópolis

Bairro Novo das
Carmelitas

Chácara Pedreira

Tabatinga

Camará

Privê Vermont

Alto Sto Antonio

- Bairro dos Estados Vila Nova Açude Timbi
 Areeiro Cosme e Damião Viana
 Teresópolis Córrego do Desastre

6. Qual principal função do parque urbano?

- Lazer Educação ambiental Melhoria do clima Outros

7. Frequenta algum parque urbano?

- Não Sim. Qual cidade? _____

8. Qual frequência você usufrui desses espaços?

- Diariamente Alguns dias durante a semana
 Apenas aos fins de semana Nunca

9. Em qual turno?

- Manhã Tarde Noite Não frequento

10. Com qual(ais) finalidade(s)?

- Descanso Ponto de encontro Recreação/lazer
 Prática esportiva Não frequento

11. Qual(ais) principal(ais) motivos para NÃO utilizar o parque?

- Não tenho interesse Não tenho como ir Distante de casa

12. Equipamento(s) indispensável(is) em um parque público?

- Elementos naturais Quadras poliesportivas Estacionamento
 Academia da cidade Áreas de descanso Brinquedos

13. Você considera suficiente a quantidade de parques em Camaragibe?

- Sim Não

14. Em qual bairro você sugere a implantação de um novo parque urbano?

- Timbi Borrvalho
 Santa Mônica Celeiro das Alegrias Futuras
 Alberto Maia Santana
 Estação Nova
 Campo Alegre Jardim Paulo Afonso
 João Paulo II São João e São Paulo
 Céu Azul Chácara Pedreira

- Camará
- Flamengo
- Clara Lopes
- Cristo Rei
- Aldeia
- Telebrás
- Luzianópolis
- Araçá
- Vera Cruz
- Pau-Ferro
- Peroba
- Oitenta
- Chácara Morumbi
- Chácara Petrópolis
- Tabatinga
- Privê Vermont
- Aldeia de cima
- São Pedro
- Vale das Pedreiras
- São Paulo
- Primavera
- Alto da Boa Vista
- Aldeia de Baixo
- Vila da Fábrica
- Inabi
- Nazaré
- Carmelitas
- Pe. Cícero
- Bairro Novo das Carmelitas
- Alto Sto Antonio
- Bairro dos Estados
- Areeiro
- Teresópolis
- Vila Nova
- Cosme e Damião
- Córrego do Desastre
- Açude Timbi
- Viana